



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

JOANNA LIMA DE ALMEIDA MILANEZ

**VILA DE PESCADORES? AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E
ESTRATÉGICAS DA PRAIA DO FORTE - BA**

Salvador
2018

JOANNA LIMA DE ALMEIDA MILANEZ

**VILA DE PESCADORES? AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E
ESTRATÉGICAS DA PRAIA DO FORTE - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Márcia Maria Couto Mello.

Salvador
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Milanez, Joanna lima de Almeida

Vila de pescadores? As transformações urbanas e estratégicas da Praia do Forte - Ba. / Joanna lima de Almeida Milanez.- Salvador, 2018.

124 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Couto Mello.

1. Planejamento urbano. 2. Transformações urbanas. 3. Praia do Forte - Ba. I. Mello, Márcia Maria Couto, Orient. I. Título.

CDD: 711.4

*Aos moradores da Praia do Forte, à minha família e
a todos aqueles que foram tão generosos nessa jornada*

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela presença de Deus na minha vida. A Ele só posso ser grata pela minha existência e por todas as bênçãos que tem colocado na minha caminhada. À minha família por todo o suporte, especialmente aos meus pais, Mariza e Milanez, por tudo o que fizeram para me auxiliar, bem como, pela educação sempre através do amor, da compreensão e da honestidade. Aos meus queridos padrinhos Lígia e Renato, pois sem vocês eu jamais teria conseguido iniciar meu mestrado: Obrigada por confiarem em mim! A minha avó do coração, Ana Maria Tourinho por acreditar no meu potencial e pelo incentivo constante. Ao meu amado Matheus por todo o carinho, amor e paciência nesse período de novos aprendizados para os dois... Muito obrigada, Meu Bem, sem você não seria possível! Agradeço imensamente à amiga Lays Britto e família, pelas conversas, pelo incentivo ao aprendizado e a sair do lugar comum. Aos meus amigos que mesmo com a minha ausência foram tão importantes através de palavras de apoio e de fé!

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU por ter me recebido com tanto carinho, assim como os demais colegas, professores e colaboradores. Ao Prof. Dr. Laumar Neves, em especial, pela sua generosidade, cuidado e confiança depositada em mim durante esses dois últimos anos. Ao Grupo de Pesquisa Cidades, Urbanismo e Urbanidades pelos trabalhos feitos em conjunto e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, toda a minha gratidão pela oportunidade de obter uma bolsa de estudos.

Agradeço também à minha orientadora, Prof. Dra. Márcia Mello, que é uma verdadeira inspiração, uma mulher forte e de inteligência ímpar, que me proporcionou momentos únicos de aprendizado. Muito obrigada pela sua sensibilidade, compreensão, pelos “puxões de orelha” e pelos conhecimentos transmitidos. Como já lhe disse uma vez, você abriu a minha mente e me tirou de um universo que eu achava ser perfeito. Agradeço imensamente às professoras que participaram da banca e deram valiosas contribuições para esta pesquisa: À prof. Dra. Ana Licks, que está presente na minha vida acadêmica desde a faculdade de Arquitetura e Urbanismo e por quem tenho admiração, tanto pelo seu carisma quanto por suas colocações sempre certas. À Prof. Dra. Ariadne Moraes, por

todas as considerações feitas, que foram tão minuciosas e preocupadas com o propósito de fortalecer o objetivo deste trabalho. Muito, muito obrigada!

Aos moradores da Praia do Forte, especialmente aqueles que participaram desta pesquisa, aqui fica minha gratidão. Vocês são pessoas especiais e vivem num lugar muito especial. Ao Centro de Artesanato da Praia do Forte (Associação de Artesãos), à Associação São Francisco de Assis de Pescadores e Moradores da Praia do Forte, à Colônia de Pescadores, à Associação Comercial e Turística da Praia do Forte – TURISFORTE e à IMOFORTE – Imóveis Praia do Forte muito obrigada pela atenção e por todas as informações compartilhadas. Agradeço também à Prefeitura de Mata de São João, principalmente às Secretarias de Educação; Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente; Transportes; Administração e Finanças e de Turismo, por terem me recebido e colaborado com os dados necessários, assim como ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que me acolheu na sua 4ª reunião em janeiro de 2018.

Ao colega de mestrado Carlos Augusto Alves Marx, Capitão da Polícia Militar que atua no Município de Mata de São João e na Praia do Forte, por ter aberto inúmeras portas. Sua participação foi fundamental para essa pesquisa, assim como o Distrito Integrado de Segurança Pública – DISEP e do Major Mauro Araújo, que foram extremamente profissionais e atenciosos. Ao arquiteto e urbanista Carl von Hauenschild, pela entrevista cedida sobre o planejamento urbano da Praia da Forte. À Sra. Karen Bernsee, ex-secretária de Klaus Peters, pelo bom humor contagiante e disposição em colaborar com um material tão raro!

Gostaria de agradecer também aqueles que não tiveram seus nomes aqui citados. Todos vocês fizeram parte de uma etapa muito importante da minha vida que auxiliou no meu crescimento pessoal e, conseqüentemente, no profissional. Muito obrigada a cada um pelo apoio e torcida!

“[...] lembro-me de que esse povo amado deu nome às ladeiras, às lagoas, aos cajueiros, às roças e rios... E tantos outros lugares foram carinhosamente batizados... Vivemos num pequeno mapa demarcado cuidadosamente... Assim é fácil visualizar qualquer acontecimento, de onde quer que se esteja, graças à sabedoria e à valentia de um povo que está perdendo sua identidade, com o progresso e a chegada de novas culturas, vindas de outras regiões e trazendo em suas malas novas histórias e tudo para somar... No entanto, não é a soma que assusta, é a possível subtração dessa cultura que nos abala e preocupa”.

RESUMO

A Praia do Forte, localizada no litoral do município de Mata de São João, no Estado da Bahia – Brasil se diferencia das demais localidades do seu entorno pelo seu potencial econômico e pelas modificações significativas no seu território que a tornaram um destino turístico reconhecido nas rotas nacionais e internacionais. O objetivo deste trabalho é analisar como o planejamento urbano e estratégico influenciou as transformações espaciais e o desenvolvimento da Praia do Forte, a partir da década de 1970, momento que se configura como um dos principais períodos de mudança para as dinâmicas territoriais, ambientais, sociais e culturais até então ali estabelecidas. Discutem-se tais aspectos por meio da lógica do planejamento estratégico na produção das paisagens urbanas através da adesão a modelos de desenvolvimento exógenos pelos quais não há valorização da comunidade e nem da organização das atividades tradicionais. Deste modo, foi possível identificar as principais transformações ocorridas na Praia do Forte, como se deu o desenvolvimento do local e quais os conflitos e contradições encontrados naquele território.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Transformações urbanas. Praia do Forte;

ABSTRACT

Praia do Forte, located on the coast of the municipality of Mata de São João, in the State of Bahia - Brazil, differs from the other localities in its surroundings due to its economic potential and the significant changes in its territory that have made it a recognized tourist destination on the national and international routes. The objective of this work is to analyze how the urban and strategic planning influenced the spatial transformations and the development of Praia do Forte, starting from the 1970s, a moment that is one of the main periods of change for the territorial, environmental and social dynamics and cultural backgrounds established therein. These aspects are discussed through the logic of strategic planning in the production of urban landscapes through adherence to exogenous development models by which there is no appreciation of the community or the organization of traditional activities. In this way, it was possible to identify the main transformations that occurred in Praia do Forte, how the development of the site occurred and what conflicts and contradictions were found in that territory.

Keywords: Urban planning. Urban transformations. Praia do Forte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila	32
Figuras 2 e 3 respectivamente – Vistas externa e interna da Capela do Castelo (2012).....	33
Figura 4 – Travessia de Balsa no Rio Pojuca, década de 1960.....	35
Figura 5 – Mapa do Litoral Norte da Bahia com a rodovia BA – 099.....	36
Figura 6 – As singelas construções em piaçava na antiga vila de pescadores da Praia do Forte da década de 1930	37
Figuras 7 e 8 respectivamente – Visão do antigo farol da Praia do Forte e das construções que ficavam em frente à praia em 1930.....	38
Figura 9 – Moradores nativos da vila na década de 1980.....	39
Figura 10 – Crianças brincando na vila de pescadores na década de 1980	39
Figura 11 – Vista do núcleo central da Vila de Pescadores de Praia do Forte em 1975	40
Figura 12 – A Vila de Pescadores de Praia do Forte em 1989	40
Figura 13 – Da esquerda para direita: Klaus Peters, o fotógrafo Michael Reckling Bäumer e um dos filhos de Klaus Peters na sua casa em Praia do Forte, 1980.....	41
Figura 14 – <i>Master Plan</i> da Praia do Forte	43
Figura 15 – Pousada Praia do Forte, projeto de Wilson Reis Netto, 1980	47
Figura 16 – <i>Robinson Club</i> desenhado por Wilson Reis Netto na década de 1980..	47
Figura 17 – Tivoli Eco Resort na Praia do Forte atualmente.....	48
Figura 18 – Atual mapa das Zonas Turísticas da Bahia.....	50
Figura 19 – Recorte do Jornal A Tarde de 1984: “A Praia do Forte passa a ter projeção internacional”	52
Figura 20 – Rara entrevista de Klaus Peters para o jornal Praia do Norte em dezembro de 1991	52
Figura 21 – O Jornal NH do Rio Grande do Sul trata Klaus Peters como “ecologista” e “escravo da natureza” em matéria de setembro de 1998.....	53
Figura 22 – Matéria do Jornal A Tarde, de 03 de dezembro de 1997, sobre o verão na Praia do Forte.....	53
Figura 23 – Matéria do Jornal Estado de S. Paulo, de 16 de dezembro de 1997, sobre a Praia do Forte.....	54
Figura 24 – A ocupação da vila em 1976 e em 2002	55
Figura 25 – Ocupação da Praia do Forte em 1991 pouco tempo antes do desenvolvimento do <i>Master Plan</i>	56
Figura 26 – Ocupação da Praia do Forte em 2010 em imagem veiculada em publicidade do resort Iberostar	56

Figura 27 – Praça São Francisco, sem calçamento, com a Igreja e barracas de piaçava ao fundo em 1988	57
Figura 28 – Casa de nativo com telhado cerâmico em 1988	58
Figura 29 - Casas de luxo para aluguel no Tivoli: aproximadamente 2.000 reais a diária	60
Figura 30 - Casa da parte residencial do Iberostar.	60
Figura 31 - Village do empreendimento Piscinas Naturais	60
Figura 32 - Garagem em condomínio.....	60
Figura 33 - Condomínio Alto da Constância.....	61
Figura 34 – Praia do Forte vendida como “paraíso para relaxar e aproveitar o contato com a natureza” no Panfleto Stand de Vendas de dezembro de 2017	61
Figura 35 – Publicidade no Panfleto Stand de Vendas, de dezembro de 2017, de um condomínio na Praia do Forte: “vila, mar e sonhos”	62
Figura 36 – Os dois imóveis mais caros do site, em Praia do Forte (fevereiro de 2018)	62
Figura 37 – Os dois imóveis mais baratos à venda na Praia do Forte (fevereiro de 2018)	63
Figura 38 – Publicidade da Praia do Forte, disponível da central de Atendimento ao Turista, em 2017	67
Figura 39 – Localização do município de Mata de São João na Bahia e da Praia do Forte.....	68
Figura 40 – Ocupação de Praia do Forte (lado leste) e ocupação de Açuzinho (lado oeste)	71
Figura 41 – Mapa da Região Metropolitana de Salvador	72
Figura 42 – As 5 praias da Praia do Forte (da esquerda para direita): Praia do Porto de Baixo (Tivoli), Praia do Portinho, Piscinas do Lord ou Praia do Lord, Praia do Papa Gente e Praia da Casinha.....	73
Figura 43 – Capoeira praticada na Praça São Francisco, na vila da Praia do Forte .	74
Figura 44 e 45 respectivamente – Samba de roda e elaboração da farinha de mandioca.....	74
Figura 46 – Quiosque “Academia do Dominó” um dos locais onde se joga dominó na vila.....	75
Figura 47 (acima) e 48 (abaixo) respectivamente – Bloco das Mortalhas na Praia do Forte.....	76
Figuras 49 (acima) e 50 (abaixo) respectivamente – Os caretas no Carnaval da vila	77
Figura 51 – Indicação das vias principais na Praia do Forte	79
Figuras 52 e 53 respectivamente – Praça São Francisco e Galeria comercial na Alameda do Sol	79
Figuras 54 e 55 respectivamente – Lojas diversas na Alameda do Sol	80

Figura 56 e 57 respectivamente – Entrega de mercadorias na Alameda da Lua e animais que são facilmente encontrados neste local	82
Figura 58 - Comércio informal na Rua da Aurora.....	83
Figura 59 – Mesmo imóvel com usos diferentes: comercial (lojas) e residencial (portão azul)	84
Figuras 60 (acima) e 61 (abaixo), respectivamente. Residência no pavimento superior e comércio no térreo da edificação e casa com fração da testada alugada	85
Figura 62 - Casa nos fundos de loja.....	85
Figura 63 – Centro de Artesanato na Praia do Forte.....	86
Figura 64 – Folder distribuído no balcão de informações ao turista da Praia do Forte	87
Figura 65 – Comércio de artesanato na Praça São Francisco	88
Figura 66 e 67 respectivamente – Associação de Moradores e a Colônia e peixaria dos Pescadores.....	89
Figuras 68 e 69, respectivamente – Chegada do pescado à Colônia e os pescadores indo para casa.....	90
Figura 70 e 71 respectivamente – Pescador autônomo elaborando sua rede e adolescentes mexendo nos seus <i>smartphones</i>	91
Figura 72 – Cartaz sobre oficina para confecção de fantasia de Carnaval	92
Figura 73 – Identidade visual da Turisforte.	93
Figura 74 – Identidade visual da Fundação Garcia D’Ávila.	94
Figura 75 – Entrada da Reserva Sapiranga	95
Figura 76 – Identidade visual do Projeto Tamar.....	96
Figura 77 – Centro de visitação às tartarugas marinhas do Projeto Tamar na Praia do Forte.....	96
Figura 78 – Identidade visual do Instituto Baleia Jubarte	97
Figura 79 – Estudantes em visita guiada no Projeto	97
Figura 80 – Identidade visual do Parque Klaus Peters.....	97
Figura 81 – Homenagem a Klaus Peters na trilha do Parque.	98
Figura 82 – Mapa da Vila com o sistema viário para acesso de veículos de grande porte e de passeio.....	99
Figura 83 – Bici táxi.....	100
Figura 84 – Coleta de lixo na Vila da Praia do Forte	100
Figura 85 – Funcionário da Prefeitura desentupindo sumidouro na Alameda do Sol	101
Figuras 86 e 87 respectivamente – Correios e Cartório da Praia do Forte	101
Figura 88 – Escola Municipal São Francisco	102
Figura 89 – Escola Finn Larsen.....	102

Figura 90 – Posto de saúde da Praia do Forte.....	103
Figuras 91 e 92 respectivamente - Ampliação da Unidade Básica de Saúde – UBS da Praia do Forte.....	104
Figura 93 – Policiamento na Praia do Forte na época do Carnaval em 2017	104
Figura 94 - Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP).....	105
Figura 95 – Estudo da Secretaria de Administração e Finanças da PMSJ em janeiro de 2018	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de eleitores e alunos no total da população da Praia do Forte.....	69
Gráfico 2 – Porcentagens do comércio e serviços da Praia do Forte.....	80
Gráfico 3 – Predominância de usos na Av. Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte	82
Gráfico 4 – Arrecadação de tributos dos resorts na Praia do Forte (em milhões)...	110

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das terras no loteamento Praia do Forte em 1979.....	44
Quadro 2 – Usos na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

COMTUR	Conselho Municipal de Turismo.
CVTS	Contribuição Voluntária do Turismo Sustentável.
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.
DISEP	Distrito Integrado de Segurança Pública.
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.
FDG	Fundação Garcia D'Ávila.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IMOFORTE	Imóveis Praia do Forte
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ISS	Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
PIB	Produto Interno Bruto.
PMSJ	Prefeitura de Mata de São João.
PPDRU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente de Mata de São João
TURISFORTE	Associação Comercial e Turística da Praia do Forte.
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A LÓGICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PRODUÇÃO DAS PAISAGENS URBANAS E NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS.....	21
2.1 DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS ESPAÇOS..	21
2.2 TERRITÓRIO, ESPETACULARIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS. ..	26
3 PRAIA DO FORTE: EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES.....	31
3.1 A VILA DE PESCADORES ANTES DE TUDO	31
3.2 PLANEJAMENTO URBANO NA PRAIA DO FORTE: INÍCIO DE UMA NOVA FASE	41
3.3 POLÍTICAS DE INVESTIMENTO	49
3.3 NOVAS ARQUITETURAS E NOVOS MODOS DE VIVER	57
3.4 O DECLÍNIO DA ERA PETERS	66
4 PECULIARIDADES, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA PRAIA DO FORTE	68
4.1 CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA PRAIA DO FORTE	68
4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS E ATIVIDADES TRADICIONAIS	73
4.3 ECONOMIA LOCAL, PROJETOS AMBIENTAIS E ASSOCIAÇÕES NA PRAIA DO FORTE	78
4.4 INFRAESTRUTURA.....	98
4.5 RUPTURAS E PERMANÊNCIAS.....	105
4.6 TRANSFORMAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO NA PRAIA DO FORTE	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

A aproximação da pesquisadora com o campo de trabalho proposto neste estudo se deu de uma forma natural, através de visitas em diferentes épocas à Praia do Forte. A conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Salvador (UNIFACS) provocou um sentimento de curiosidade em relação ao processo de organização da vila da Praia do Forte, como funcionava a dinâmica daquele território em diferentes períodos do ano, por que veio a se estabelecer como um roteiro turístico de sucesso no cenário nacional e internacional e quais as mudanças que aconteceram naquele espaço que interferiram na vida dos moradores tradicionais e dos turistas.

Portanto, optou-se por investigar o território da Praia do Forte neste trabalho inserido na área de Processos Urbanos e Regionais do Desenvolvimento, concentrado na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Regionais junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador – Laureate International Universities, com o apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia, através de bolsa de estudo concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

A Praia do Forte, desde quando se estabeleceu como um roteiro turístico bem sucedido localizado no Litoral Norte do Estado da Bahia, vem passando por intensas transformações urbanas e ambientais que intensificaram “os processos de segregação espacial, econômica e social, ocorridos em função de impactos gerados pelo fluxo de capital orientado por ocupações hoteleiras, pela especulação imobiliária e pelo incremento de comércios e serviços”. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 1). Posto isto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como o planejamento urbano e estratégico influenciou as transformações espaciais e o desenvolvimento da Praia do Forte, a partir da década de 1970, momento que se configura como um dos principais períodos de mudança para as dinâmicas territoriais, ambientais, sociais e culturais até então ali estabelecidas.

Tal análise foi feita de acordo com os seguintes objetivos específicos: discussão teórica sobre desenvolvimento, planejamento urbano e estratégico, território, espetacularização e transformações urbanas; identificação dos principais períodos de transformações espaciais, socioeconômicos e culturais da Praia do Forte;

identificação das mudanças ocorridas naquele território a partir desses períodos estabelecidos e a análise do desenvolvimento local e dos seus principais conflitos e contradições.

Portanto, esta pesquisa traz um estudo de caso, de natureza descritiva, sobre a Praia do Forte, onde se busca compreender fenômenos atuais que recobrem a Praia do Forte além de verificar o seu funcionamento no momento presente. Iniciada a partir de uma pesquisa bibliográfica/documental e posteriormente, uma pesquisa de campo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011) as fases da pesquisa de campo requerem em primeiro lugar a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, que servirá como primeiro passo para compreender como se encontra o estado atual do problema e quais trabalhos já foram realizados sobre o local, além de quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Em segundo lugar, para as autoras, essa organização auxilia na escolha de um modelo teórico inicial de referência, bem como, ajuda na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

O método de pesquisa adotado foi observação sistemática e não participante, onde a autora pudesse ir a campo com um planejamento prévio, todavia, buscando assumir o papel de espectadora que permitiu uma reflexão a respeito das pessoas que circulam no local, como estão organizadas as lideranças e como elas se articulam. Utilizou-se a entrevista como procedimento para investigação e de coleta de dados com alguns moradores da vila e com alguns dos órgãos públicos e privados presentes na Praia do Forte que auxiliou no diagnóstico dos problemas e na compreensão dos dados de natureza subjetiva, retirados das opiniões dos entrevistados sobre o território em estudo. A autora ainda participou como ouvinte da 4ª reunião do Conselho Municipal de Turismo de Mata de São João (COMTUR), em 18 de janeiro de 2018. O volume de informações foi maior do que o imaginado, e por uma questão ética, a maioria os entrevistados não foram identificados, exceto aqueles identificados no corpo deste trabalho, assim como, alguns dados foram ocultados por não se encaixarem no foco da dissertação.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma análise da história do local e das suas primeiras transformações espaciais, bem como, das suas potencialidades para o turismo e das mudanças ocorridas nos modos de viver dos moradores tradicionais, e a partir daí, buscou-se compreender como as esferas pública e privada agem em relação aquele território com potencial de crescimento econômico e de atratividades para um fluxo considerável de turistas anualmente. Além disso, tal caminho proporcionou uma reflexão a respeito da população residente na vila da Praia do Forte, dos impactos negativos que sofreram com o advento do turismo e do distanciamento das atividades tradicionais e manifestações culturais.

A partir disso se traçou três principais períodos de transformações no local para assim identificar quais os atores envolvidos nesse processo e quais as lideranças sociais e/ou comerciais que se apresentam atualmente na Praia do Forte. O recorte temporal definido para a dissertação compreende os anos entre 1970 – 2017, que marca as alterações significativas na área e quando a Praia do Forte se consagra como destino turístico. O primeiro período identificado se refere à vila de pescadores da Fazenda Praia do Forte antes da década de 1970; O segundo momento refere-se à Praia do Forte a partir de 1970, com a compra da fazenda por Klaus Peters e, o terceiro momento, volta-se para a Praia do Forte na atualidade.

Existiram algumas limitações em relação à captação de dados, especialmente, dados oficiais e/ou estatísticos sobre a Praia do Forte. O que se conseguiu levantar foi através da Prefeitura de Mata de São João (PMSJ), onde existiam números de fácil verificação e outros que não eram segmentados por distritos ou vilas, o que dificultou a aferição.

Determinados dados foram captados em conversas com alguns moradores da vila da Praia do Forte, através de um roteiro pré-estabelecido, mas deixando que se expressassem livremente, para tentar compreender os modos de viver e as dinâmicas do local. Alguns deles se privavam de falar sobre determinados assuntos, principalmente quando se tratava de política ou de planejamento urbano, o que também pode ser marcado como uma dificuldade, já que tais temas são relevantes para esta pesquisa. De uma forma geral, os temas abordados com esses entrevistados incluíam perguntas sobre a atuação do poder público no local, envolvendo os setores da saúde, educação e segurança pública, sobre o turismo e sobre o passado da vila de pescadores.

Buscou-se apresentar dados para compreender os discursos das lideranças sociais e comerciais identificadas (Associação de Moradores, Associação de Artesãos, Associação Comercial e Turística e Colônia de Pescadores) e das suas interações com outros grupos ou com o poder público, como também, a visão da Prefeitura de Mata de São João a respeito da Praia do Forte.

Esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos, tratando, o Capítulo 1 da introdução; o Capítulo 2 apresenta os itens voltados para o entendimento da lógica do planejamento estratégico na produção das paisagens urbanas, sobre a pluralidade do conceito de desenvolvimento além de uma discussão sobre território, espetacularização e transformações urbanas; já o Capítulo 3 aborda como era a vila de pescadores da Praia do Forte antes de 1970 e após a venda da Fazenda da Praia do Forte, adquirida pelo empresário Klaus Peters em 1970, assim como versa sobre as mudanças de ordem econômica, social e urbana geradas pela instalação da atividade turística; e, finalmente, o Capítulo 4 traz a caracterização da Praia do Forte na atualidade, através de observações da autora realizadas a partir da organização sociocultural, da infraestrutura, da economia, e das instituições ali instaladas por meio de uma análise das interações das forças presentes, das rupturas, permanências e do que se pode observar a respeito do desenvolvimento no local.

Percebe-se que a lógica do planejamento estratégico aplicada ao planejamento urbano foi fundamental para a produção dos espaços na Praia do Forte, orientado para suprir as demandas dos investimentos internacionais e/ou de grandes corporações, através de um discurso de *marketing*, ativa no imaginário o sentimento de tranquilidade e segurança de adentrar no “paraíso”, aliando tal imagem a singularidade da comunidade pesqueira com praias e uma natureza exuberante em onde tudo é exclusivo, personalizado para atender as necessidades da atividade turística. Também foi possível notar a falta de articulação da comunidade da vila para tratar de certos assuntos ou enfrentar determinadas questões, o que leva a crer que eles não percebem a importância de sua força de reivindicação diante dos poderes hegemônicos que tendem a dominar os espaços na Praia do Forte.

2 A LÓGICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PRODUÇÃO DAS PAISAGENS URBANAS E NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

2.1 DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS ESPAÇOS

A respeito do amplo debate existente na literatura, não há um conceito único de desenvolvimento. Para compreender o desenvolvimento na sua pluralidade é necessário refletir sobre os acontecimentos históricos, os posicionamentos ideológicos ou éticos, bem como, sobre as estratégias políticas que foram adotadas em certos períodos que, conseqüentemente, afetaram o cotidiano das pessoas que vivem em um determinado país, região ou território.

Portanto, compreende-se que as interações e transformações sociais, econômicas, históricas, políticas e urbanas podem alterar o desenvolvimento, pois é preciso “[...] realizar um balanço adequado das recorrências, das persistências, das rupturas e das transformações ao longo de um processo histórico [...]” (BRANDÃO, 2008, p. 5) para interpretar o desenvolvimento de um território. De acordo com o pensamento de Brandão (2008, p. 3),

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão.

O uso de indicadores para medir o desenvolvimento é muito comum por parte dos governos, a fim de acompanhar, avaliar e comparar esses números ao longo dos anos. Os indicadores mais utilizados são o PIB – Produto Interno Bruto, que visa medir a atividade econômica de um local em determinado período, através do somatório, em unidades monetárias, de todos os bens e serviços produzidos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e

superior; e a renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita*, que é a divisão do PIB pela população.

É importante entender os processos históricos aliados os dados estatísticos e indicadores sociais, econômicos e ambientais, pois auxiliam a compreender a pluralidade do desenvolvimento de um território. Todavia, esses índices e indicadores podem ser utilizados como discursos para favorecer determinadas ações dos governos, podendo não refletir a realidade. Desse modo, a análise não se limita aos indicadores e sim, aos processos ocorridos na Praia do Forte que transformaram as suas dinâmicas territoriais, socioeconômicas, culturais e, conseqüentemente, influenciaram e aceleraram o desenvolvimento daquele território.

Para Furtado (1986, p. 80) “[...] o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade”. Desse modo, a população local, ao compreender as dimensões do desenvolvimento do seu território, assim como pontuado por Furtado (1986) e Brandão (2008), passa a ter um melhor entendimento dos investimentos que podem ser aplicados, especialmente, nos campos sociais e políticos e das suas possibilidades de crescimento econômico. Vale ressaltar que o crescimento econômico é aqui compreendido, segundo Furtado (1986), como o aumento da produção ou do fluxo de renda.

A compreensão do termo desenvolvimento, portanto, “deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida.” (OLIVEIRA, 2002, p. 37). Para Oliveira (2002, p.40), o desenvolvimento além de ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social, deve satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano como a saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer.

Porém, a condução do desenvolvimento não acontece exatamente dessa forma, principalmente no momento atual do mercado globalizado, onde “o desenvolvimento capitalista é intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias” (BRANDÃO, 2007, p. 70), ocorrendo uma reprodução da desigualdade social em diversas escalas e onde, muitas dessas decisões locais, entendidas como coletivas, são tomadas por empresas privadas, pois “[...] têm grande poder de

influência na definição das políticas públicas e dos investimentos que o poder público deve empreender sobre a cidade”, conforme o pensamento de Silva (2008, p. 79).

O maior objetivo do capital é diluir todas as barreiras que impedem a sua livre circulação, para que assim, cada vez mais, existam mercados diversificados e trocas comerciais interessantes para abastecer toda uma cadeia desse sistema, mesmo que favoreça a desigualdade social, cause desequilíbrios ambientais ou crises políticas e econômicas.

Trazendo como exemplo o território estudado nesta pesquisa Santos (2013, p. 20) pontua que na Praia do Forte “para o crescimento da atividade turística foi fundamental a participação do Estado como investidor, incentivador, bem como no planejamento turístico”. Ou seja, o Estado ou a prefeitura acabam, também, tornando-se aliados das transformações urbanas que afetam diretamente o desenvolvimento, especialmente em países considerados “atrasados” como é o caso do Brasil, pois muitas ações do poder público deixam de atender as necessidades básicas mais urgentes da população para patrocinar a elaboração de grandes projetos, a exemplo de *shoppings centers*, hotéis ou *resorts*.

Conforme Silva (2008), a importação de pacotes estratégicos que influenciam as cidades de terceiro mundo, incluindo as cidades brasileiras, a colocar recursos em investimentos privados no intuito de valorizar as áreas objeto de intervenção o que tem gerado processos equivocados de parcerias entre setores públicos e privados. Verifica-se que para viabilizar esses empreendimentos, o Estado arca com projetos de infraestrutura urbana, como a instalação de rede de água, esgoto e energia elétrica. Desta forma, o Estado utiliza o discurso de que tais obras são benéficas para o progresso de determinada comunidade ou território quando, na realidade, é uma maneira de ofertar infraestrutura, como também incentivos fiscais, para dar suporte as redes hoteleiras e corporações privadas.

Em territórios como a Praia do Forte, principalmente pela fragilidade do seu bioma e por suas características espaciais, socioculturais e históricas, observa-se a adesão a modelos de desenvolvimento exógenos, onde os investimentos são postos de “cima para baixo” (SOUZA, 2006), e o planejamento das intervenções é conduzido por essas parcerias público-privadas, utilizando-se da estratégia de capitalização do

território. Para Arantes (2000) a verdade do nosso tempo é que tudo se negocia, de imagens a outros itens menos simbólicos, desencadeado pelo encontro entre cultura e capital.

Arantes (2000) chama esse encontro entre cultura e capital de culturalismo de mercado. A autora explica que a cultura ao se tornar uma representação, uma imagem a ser utilizada num discurso de *marketing*, acaba moldando, por um lado, os indivíduos que se identificam “pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca e de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos”. (ARANTES, 2000, p. 16)

Segundo Vainer (2000, p. 78), a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda e isto explicaria o porquê do *marketing* urbano se impor cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Para o autor, um dos elementos essenciais do planejamento estratégico, é a criação das condições de sua instauração enquanto discurso e projeto de cidade aliado a “instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas” apoiando-se em obras e serviços que sejam visíveis, que tratem da parte estética das cidades e da criação de símbolos, para gerar novos espaços e trazer a sensação de bem estar para a população local com o objetivo de atrair investimentos, especialmente de empresas estrangeiras.

Além disso, Vainer (2000) entende que a apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados vai depender da eliminação da esfera política local, do conflito e das condições de exercício da cidadania, pois o planejamento estratégico também fala em nome de uma cidade unificada cuja construção desemboca “claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial” (VAINER, 2000, p. 98) onde, para o autor, a analogia cidade-empresa desliza “suave e sutilmente” para uma analogia cidade-empresários.

Nos modelos exógenos de desenvolvimento os recursos do território não são valorizados de forma a respeitar os aspectos da organização produtiva, das estruturas familiares e das tradições locais (SOUZA, 2006). Mesmo com todo o potencial de desenvolvimento daquele território, tanto para o setor público e quanto

para o privado, esses recursos e aspectos citados poderiam continuar a ser administrados pela comunidade local e uma forma interessante de se trabalhar com esses elementos seria através da perspectiva do desenvolvimento endógeno.

É interessante a proposta do desenvolvimento endógeno, especialmente para áreas como a Praia do Forte, que possui moradores que tem suas raízes naquele local e que foram marginalizados no processo de desenvolvimento, pois, a partir do que é exposto por Lima (2010), com o desenvolvimento endógeno pode-se estimular a participação social na elaboração e gestão das políticas públicas, sendo uma maneira de renunciar uma ação verticalizada do poder público além de proporcionar a valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade.

Vale ressaltar que, em paralelo, existem instrumentos urbanísticos que podem auxiliar nesse processo de inclusão da comunidade no desenvolvimento e na gestão do território. De acordo com Almeida, Azevedo e Milanez (2016), o Estatuto da Cidade, lei Federal nº 10.257/01, busca retomar a função social da cidade, o direito à mesma, e a inclusão da maior parte da população excluída à cidade formal, assim como o Plano Diretor, incentivado pelo Estatuto, que é um exemplo de instrumento de gestão municipal pelo qual as necessidades de cada cidade são expressas, levando em conta as particularidades locais, onde é preciso que haja intensa participação popular no processo de construção para que os interesses da maioria sejam de fato contemplados.

Essas são ferramentas que geram “uma oportunidade concreta de se discutir a política urbana e promover mudanças que não privilegiam os interesses de uma minoria.” (ALMEIDA; AZEVEDO; MILANEZ, 2016, p. 61). Porém, segundo as autoras, existe uma tentativa de esvaziar o poder regulador que esses instrumentos possuem, principalmente no caso do Plano Diretor, pela pressão exercida pelas empresas do ramo imobiliário, que negligenciam a realidade da população e contrariam o aparato legal urbanístico em detrimento dos seus interesses.

Arantes (2000) explica que existe uma contradição recorrente “entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva”. (ARANTES, 2000, p. 26).

Consequentemente, cria-se um conflito entre essas forças nas cidades, onde os interesses são diversos e existe uma resistência às ações patrimoniais ou a planejamentos estratégicos viabilizados pelo grande capital, que muitas vezes se aproveita de determinados eventos para propor revitalizações ou instalar equipamentos que irão expandir os processos de segregação socioespacial ou de gentrificação.

Entende-se que o desenvolvimento endógeno torna-se um artifício necessário à ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, “tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, como ingredientes para alcançar uma maior coesão social e territorial.” (LIMA, 2012, p. 174).

2.2 TERRITÓRIO, ESPETACULARIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS.

Vivemos nos “tempos onde projetos arquitetônicos e urbanísticos de impacto imperam – planejamentos estratégicos, espetacularização das cidades e processos de *gentrification*”. (SILVA, 2008, p. 66). Tais projetos, normalmente vinculados à iniciativa privada, interferem nas paisagens urbanas de forma a não inserir a população na tomada de decisões e nos estudos para implantação de equipamentos urbanos, o que em certos casos, leva a um processo de gentrificação.

Nesse processo, os moradores de determinada área da cidade ou de um território, sem assistência da gestão pública, acabam deixando de viver naquele local por conta da especulação imobiliária que se fortalece a partir do melhoramento ou requalificação feito naquela delimitação urbana. Silva (2008, p. 73) pontua que

a construção de um espaço artificial, somados a uma cenografia encantadora acaba afastando os habitantes do seu território – não apenas por uma questão de (não) identificação – mas porque esses projetos não vislumbram a possibilidade de atender as demandas habitacionais de interesse social; o interesse passa pela dita “animação cultural”, com oferta de serviços e entretenimento para um público altamente seletivo e qualificado.

A espetacularização dos centros urbanos, de interesses especulativos e políticos, segundo Mello e Silva (2011) seguem regras hegemônicas estetizadas tendo as arquiteturas como servidoras de diversos poderes e mídias, “com a inserção de grifes globalizadas, em estreita conexão com a revolução tecnológica e a inovação digital, presentes nos sistemas das grandes corporações”. (MELLO; SILVA, 2011, p. 59).

Na visão de Lipovetsky e Serroy (2015) com a estetização dos mercados, o que chamam de capitalismo artista, multiplica-se os estilos, as tendências, os espetáculos e os locais de arte além de surgirem continuamente novas modas em todos os setores e criar em grande escala o sonho, o imaginário, as emoções. O patrimônio é

[...] reabilitado e montado à maneira dos cenários cinematográficos. O cenário das cidades é figurinizado, cenografado, “disneyficado” tendo em vista o consumo turístico. [...] As arquiteturas de imagem fazem sucesso, valendo por si mesmas, por sua atratividade, sua dimensão espetacular, e funcionam como vetor promocional nos mercados concorrenciais do turismo cultural. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 29).

Entende-se que novos modos de ser, aparentar, morar e conviver influenciam os designers, arquitetos e urbanistas, conforme o pensamento de Mello e Silva (2011, p. 61), e “incorporam aos seus projetos novos espaços, novos adornos, ou mesmo redefinem divisões que melhor se ajustam aos modos contemporâneos de viver” pois assim, esses elementos, que compreendem a paisagem urbana, representam também os modos do pensar coletivo. As modas juntamente a arquitetura e o urbanismo, compõem as paisagens urbanas e podem transformá-las constantemente “através de uma heterogeneidade de condicionantes culturais, estéticos, éticos, econômicos, sociais, ambientais e políticos.” (MELLO; SILVA, 2011, p. 53).

Lipovetsky e Serroy (2015) ressaltam que não estamos mais no tempo em que produção industrial e cultural remetia a universos separados, e sim, atualmente estão envolvidos em sistemas de produção, de distribuição e de consumo que são

impregnados e remodelados por operações de natureza fundamentalmente estética. Esses pensadores afirmam que com a estetização da economia, o design, o cinema, a arquitetura e a publicidade criam produtos que veiculam afetos e sensibilidades, criando um mundo marcado pela abundância de estilos, de imagens, narrativas, de lugares turísticos, de museus e de exposições. Desta forma, eles concluem que o capitalismo artista é o sistema em que as esferas artísticas, econômicas e financeiras se interpenetram, minando as hierarquias tradicionais, cruzando os gêneros e abrindo novos caminhos para conquistar novos mercados e novos consumidores.

Nesse contexto do mercado estetizado, com a junção da economia e da cultura, se dá a espetacularização das cidades. Essa espetacularização está associada aos processos de patrimonialização e estetização urbana que, por sua vez, de acordo com Jacques (2005), é indissociável das novas estratégias de *marketing*, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas que lhe garantam um lugar na nova geopolítica das redes internacionais onde a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente.

Todavia, conforme Silva, Faria e Mello (2013), cada vez mais, o significado do patrimônio tem sido reinventado, alterando-se e se re-articulando de acordo com os grupos que se posicionam perante a eles, surgindo assim as relações de patrimonialização de bens artísticos e naturais, onde se amplia os conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais. Isso ocorre especialmente nas áreas turísticas onde a patrimonialização pode abrir possibilidades de outros atrativos dentro dos roteiros já consolidados, assim como a estruturação de novos programas. Conforme as autoras, a Praia do Forte corresponde a um trecho mais do que estratégico e sedutor no Litoral Norte da Bahia, pela sua conformação natural e morfológica que é interessante para ser vendida turisticamente, através da beleza tropical, biodiversidade, boa infraestrutura e instalações luxuosas, sendo também considerada um território “verde”, onde há uma preocupação com as causas ambientais.

Sendo assim, para Jacques (2005), o modelo de gestão patrimonial no mundo também segue a lógica de homogeneização, onde as cidades precisam seguir um modelo internacional imposto pelos financiadores internacionais de grandes projetos

urbanos e que ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais (JACQUES, 2005) e sim para atender ao mercado turístico, como é o caso da Praia do Forte.

Quando se estabelecem relações de natureza assimétrica envolvendo esferas de poder desiguais, “a forma de resistência daqueles que são atingidos mais fortemente pela opressão muitas vezes implica negociar suas identidades e culturas [...]”. (ENNE; DUTRA, 2016, p. 1) No caso de territórios onde a cultura local é explorada como um diferencial de forte potencial turístico, existe uma tendência à homogeneização sociocultural, econômica e espacial através de intervenções urbanísticas exógenas que desconsideram as atividades produtivas da população, suas estruturas familiares e manifestações culturais.

A homogeneização, que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica e que culminaria em um espaço global despersonalizado, não atinge igualmente todos os segmentos socioespaciais. Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 40), há de se considerar, que “se há uma homogeneização pelo alto, do capital e da elite planetária, há também uma homogeneização da pobreza e da miséria, considerando-se que, à medida que a globalização avança, tende a acirrar-se a exclusão sócioespacial”. Contudo,

se nas sociedades tradicionais o homem preenchia todos os poros de seu território através de uma apropriação simbólica onde, por exemplo, uma dimensão sagrada dotava de sentido o espaço em sua totalidade, nas sociedades modernas o território passa a ser visto antes de tudo, numa perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio, a fim de atender às necessidades humanas [...]. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 43).

Milton Santos (2005, p. 255) defende que é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social, por se tratar de uma forma impura, híbrida, uma noção que carece de constante revisão histórica “[...] para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva [...]”. Já para Haesbaert e Limonad (2007, p. 42-43) o território é uma construção histórica e, portanto, social, “a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico [...]” e possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, no sentido de

consciência e/ou apropriação quanto possui uma dimensão mais objetiva, de dominação do espaço, por instrumentos de ação político-econômica.

Na visão de Enne e Dutra (2016, p. 1) o território é tanto o espaço físico no qual habitamos quanto os usos e sentidos que fazemos e conferimos a ele, representando “um espaço de relações, de territorialidades e disputas, em que determinadas categorias, como cultura, memória e identidade dentre outras, desempenham papel fundamental” para as formas de ocupar e re-significar o espaço vivido.

Portanto, na Praia do Forte, a celeridade nas mudanças das suas características socioeconômicas, territoriais e culturais através do planejamento estratégico e urbano, criou novas delimitações, implantou novos elementos arquitetônicos, assim como novas fachadas e novas estéticas em meio ao “turismo patrimonial, apropriação privada da natureza e espetacularização contemporânea”. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 1). E com isso, observa-se a coexistência de espaços com paisagens culturais e modos de viver divergentes no mesmo contexto urbano através de micro resistências isoladas naquele território.

3 PRAIA DO FORTE: EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES

3.1 A VILA DE PESCADORES ANTES DE TUDO

A história da área onde está inserida a Vila de Pescadores de Praia do Forte inicia-se com a colonização portuguesa no Brasil, no século XVI, especificamente com a chegada do primeiro Governador Geral à Bahia, Tomé de Sousa e o então jovem Garcia D'Ávila que obteve muitas regalias ao vir de Portugal como o seu posto de alcaide na capital além de ter sido um dos primeiros da sua geração a desbravar o sertão nordestino e a praticar a atividade pecuarista. Garcia D'Ávila¹, era alguém muito próximo de Tomé de Sousa, segundo Calmon (1983) e, para Bandeira (2000), poderia ser um filho bastardo que não usava o sobrenome do pai a fim de não constranger nos negócios, como na concessão de sesmarias.

Indicado por Tomé de Sousa para construir uma torre de vigilância na costa, Garcia D'Ávila formou uma tropa de bandeiras para desbravar o Litoral Norte, onde encontrou alguns assentamentos indígenas, que segundo Amaral (2012, p. 12), era “habitat exclusivo de nações indígenas, dos tupinambás por excelência, próximos ao rio Pojuca, até uma légua² após a enseada de Tatuapara³”.

Naquele local, “a cerca de 2 km ao norte da foz do Rio Pojuca, um cerro isolado, que se alevantava 50 metros sobre o nível do mar” (BANDEIRA, 2000, p. 93), Garcia D'Ávila observou ser um ponto estratégico, não só pela boa visibilidade, mas também pelo bloqueio dos recifes de coral existentes no mar, o que impediria a aproximação de embarcações inimigas.

Após ter cumprido a missão, “prestara enorme serviço à Coroa e das terras conquistadas ele recebeu de sesmaria” (BANDEIRA, 2000, p. 94) e assim em 1552, como pontua o autor, mudou-se para a enseada de Tatuapara e lá se estabeleceu, “ampliando cada vez mais seus domínios terrestres através da pecuária e a exercer uma forte participação na economia, especialmente fornecendo animais de tração, carne, leite e couro”. (FARIA, 2013, p. 157). A Casa da Torre ou Castelo de Garcia

¹ Para Bandeira (2000, p. 79) Garcia D'Ávila nasceu em 1528, segundo declaração feita por ele ao Santo Ofício, após 40 anos em que havia se estabelecido na Bahia, em 17 de agosto de 1593. Portanto, ao chegar em 1549 em Salvador, tinha 21 anos de idade.

² Uma légua equivale a 4.828,03 metros ou 4,82 quilômetros.

³ Tatuapara ou Tatuapará vem do tupi e significa tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*).

D'Ávila (Figura 1), fortaleza do período colonial no Brasil e importante símbolo do poder e do luxo em que viviam os D'Ávila, conforme Faria (2013, p. 158), “foi construída entre os anos de 1563 e 1609 – porém, sua arquitetura foi alterada ao longo dos séculos, tanto pelas mãos humanas quanto pelos fatores ambientais”.

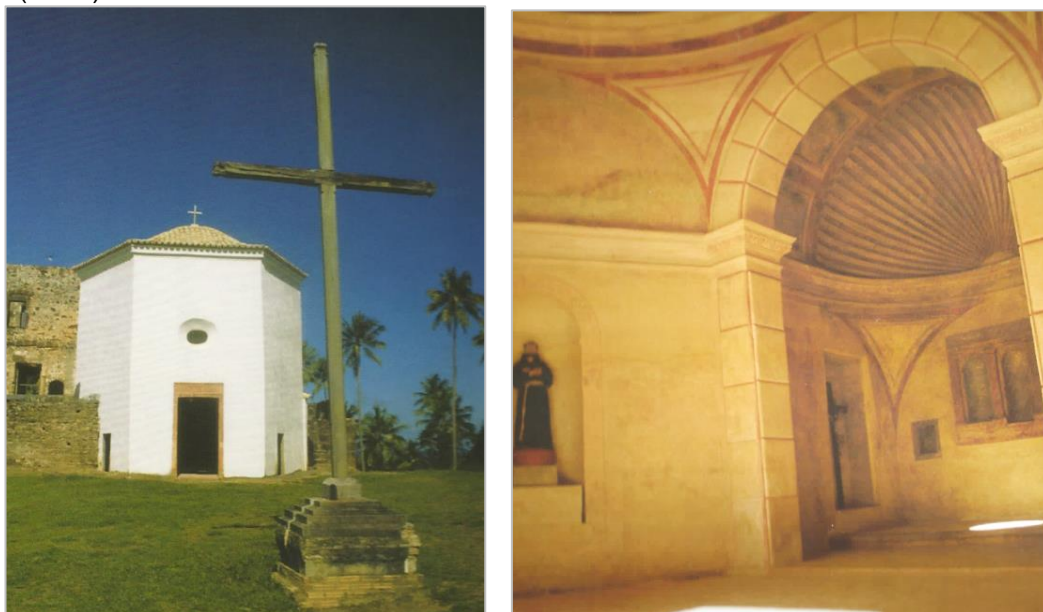
Figura 1 – Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila



Fotografia de Adenor Gondim. Fonte: Holanda (2012).

Essa grande construção senhorial, possuía a dupla característica de residência e fortificação, “assim como as moradias feudais, e as gerações que por ali passaram por três séculos, detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos da Europa; cerca de 300.000 km² de extensão”. (BANDEIRA, 2000, p. 25). Os moradores da Casa da Torre ainda contavam com uma das capelas (Figuras 2 e 3) mais ricas da época, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e, talvez, “o único exemplar conservado de arquitetura religiosa de legítimo caráter renascentista que existe no Brasil”. (BALDESSARINI, 2001, p. 86).

Figuras 2 e 3 respectivamente – Vistas externa e interna da Capela do Castelo (2012)



Fotografias de Adenor Gondim. Fonte: Holanda (2012).

Garcia D'Ávila, o primeiro de sua linhagem, morreu em maio de 1609, de acordo com Bandeira (2000). O herdeiro desse imenso domínio, "foi o neto, Francisco Dias D'Ávila, filho de Isabel D'Ávila, sua filha, havida de uma índia, que se casara com Diogo Dias, neto de Caramuru⁴" (BANDEIRA, 2000, p. 543) que liderou a Casa da Torre por mais de 40 anos, de acordo com Amaral (2012).

Conforme Amaral (2012), no período entre 1650 a 1805, as gerações dos D'Ávila ampliaram suas riquezas e extensão de terras; estiveram à frente de massacres à população indígena, além de terem sido personalidades de destaque e influencia no setor militar e no cenário econômico e político do Brasil Colônia. A autora pontua que Garcia D'Ávila Pereira Aragão foi o último da linhagem, que faleceu em 1805 sem deixar descendentes e aquelas terras, já tidas como fazendas por volta dos anos 1800, passaram para as famílias mais próximas dos D'Ávila, fazendo com que a configuração desse domínio de terras não fosse mais como outrora.

⁴ Diogo Álvares Correia, navegante português originário de Viana do Castelo ao norte de Portugal, segundo Bandeira (2000), naufragou no litoral da baía de Todos os Santos entre 1509 e 1511. Apelidado de Caramuru pelos índios tupinambás, continuou a morar na Bahia por toda a vida, onde casou-se com a índia Catarina Paraguaçu e facilitou o contato entre os colonizadores portugueses e a população nativa do Brasil.

Vale realçar que desde o século XVI, o Litoral Norte do Estado da Bahia passou por modificações significativas na sua paisagem. Primeiramente, pelo estabelecimento da atividade pecuarista que abriu caminhos que viriam a ser futuras estradas, e simultaneamente, pelo processo destruição de grandes extensões de Mata Atlântica, vegetação nativa dessa região e na segunda metade do século XVII a agricultura de subsistência, consolidada por conta da economia açucareira no recôncavo, também contribuiu para alteração das características da paisagem como comenta Faria (2013).

De certa forma, o Litoral Norte sempre esteve conectado a outras localidades da Bahia, apesar de manter-se aparentemente isolado. Com o enfraquecimento da economia açucareira, outras atividades foram sendo introduzidas com destaque para a plantação de coco, que foi inserido na faixa litorânea, e veio a ser um dos principais produtos a serem comercializados.

Muitas das localidades que atualmente existem no Litoral Norte, “nasceram do pouso de tropeiros que paravam para descansar e alimentar o gado e com elas foram surgindo hospedarias, quitandas, vendas e todo tipo de comercio ambulante”. (SANTOS, 2013, p. 137). Ainda conforme a autora, mesmo que a ocupação dos espaços tenha sido lenta e rarefeita, aquele cenário começou a se modificar a partir do século XIX, com a implantação da estrada de ferro Bahia/São Francisco e o funcionamento da primeira linha entre Salvador e Alagoinhas e, posteriormente com as rodovias que facilitam, especialmente, o acesso à capital Salvador. Notadamente esse novo sistema viário passou a “exercer o papel articulador regional e a consolidar os centros urbanos formados ao longo de seu traçado”. (SPINOLA, 1996, p. 121).

Nos anos 1950 com a descoberta de campos de extração de petróleo nos municípios de Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva, como aponta a autora, o Litoral Norte ganhou um novo perfil socioeconômico, que vai impulsionar a urbanização e atrair mão de obra, não só da Bahia como de várias regiões do Brasil. Já em 1976, inicia-se o projeto da Estrada do Coco, a rodovia BA – 099, na qual foi de fundamental importância para o crescimento econômico, com destaque para o desenvolvimento da atividade turística no Litoral Norte da Bahia, o que provavelmente motivou a construção dessa via. Antes da rodovia, o acesso para localidades como Praia do Forte, era dificultado por conta da estrada “de chão” e da

travessia no Rio Pojuca, onde nem sempre a balsa (Figura 4) existente estava em condições de fazer a travessia.

Figura 4 – Travessia de Balsa no Rio Pojuca, década de 1960



Fonte: Faria (2013).

Em meados dos anos 1980 é instalado no município de Camaçari o Polo Industrial de Camaçari, chamado na época de Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), que também exerceu grande influência nas transformações urbanas ao Norte do Estado. Já na década de 1990, o segundo trecho construído da BA-099, denominado Linha Verde, rodovia estadual que se conecta com a Estrada do Coco e vai até a divisa da Bahia com Sergipe, conforme figura 05, que se constituiu como outro importante indutor para o avanço da ocupação territorial naquela região e também de proteção ambiental. “No momento em que aquela faixa litorânea se integrava a Salvador, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (APA/LN), com o aparente objetivo de resguardar seu patrimônio cultural e ambiental”. (SILVA; FARIA; MELLO, 2016).

Figura 5 – Mapa do Litoral Norte da Bahia com a rodovia BA – 099



Fonte: Silva e Carvalho (2010).

A abertura da rodovia BA – 099 e o novo fluxo criado para o Litoral Norte contribuiu ainda mais para a degradação da vegetação daquela área, com a rápida ocupação do solo e expansão de redes hoteleiras mesmo com a delimitação das Áreas de Proteção Ambiental. Com o processo de ocupação, especialmente a partir dos anos 1990, o Litoral Norte “tem sido objeto de intervenções governamentais que redefinem os usos e criam condições para implementação de novas atividades econômicas” (MATTEDI, 2001) e, cada vez mais, se especializam os serviços voltados ao turismo.

Santos (2006, p. 103) explica que as terras do Litoral Norte veem sendo deixadas como reserva de valor para futuros empreendimentos imobiliários e complementa que este processo vem crescendo consideravelmente, após a implantação de condomínios residenciais e loteamentos particulares, além do grande potencial

econômico, belezas naturais e terras em abundância, fatores que propiciam o processo de valorização fundiária naquela região.

Portanto, após a fragmentação do território dos D'Ávila, no início do século XX, o trecho de terras correspondente à Fazenda Praia do Forte, teve vários proprietários até que em 1922, Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda Praia do Forte e, consta no Decreto nº 59 de 18 de janeiro de 2013 do Município de Mata de São João, que ele iniciou o cultivo do coco através de um programa de mudas selecionadas associado à pecuária extensiva; sendo que em 1939, com a sua morte, tem início um processo de decadência econômica da família, cercada de conflitos entre os herdeiros.

Os primeiros habitantes da vila de pescadores da Praia do Forte, conforme Santos (2013, p. 151), foram os descendentes de escravos indígenas, africanos e outros trabalhadores da Casa da Torre que habitavam o núcleo central da vila tendo apenas a posse provisória do terreno. Com o passar dos séculos, essa localidade cultivou um estilo de vida simples e pacato (Figura 6), “caracterizando-se por apresentar como economia dominante a pesca, criação de gado e a cultura do coco-da-baía”. (SANTOS, 2013, p. 151). Para a autora, os moradores tradicionais também viviam do artesanato de piaçava, dos bordados de renda bem como, do cultivo de mandioca e da produção de farinha para serem comercializados na capital.

Figura 6 – As singelas construções em piaçava na antiga vila de pescadores da Praia do Forte da década de 1930



Arquivo Roberto de Souza

Fonte: Arquivo pessoal de Roberto de Souza.

O arranjo espacial da vila era um reflexo dessa vida simples com casas de taipa cobertas com piaçava onde se estabeleceram esses pescadores, artesãos e funcionários da fazenda (SANTOS, 2013). A autora explica que existiam basicamente três ruas a “rua do meio – atual Alameda do Sol; rua detrás – Alameda da Lua e a da frente – Rua da Aurora, onde moravam pescadores, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores da fazenda, além de abrigar um farol, um pequeno comércio local e alguns serviços públicos” (LORENZO, 1996 *apud* SANTOS, 2013) conforme Figuras 7 e 8.

Figuras 7 e 8 respectivamente – Visão do antigo farol da Praia do Forte e das construções que ficavam em frente à praia em 1930



Fonte: Arquivo pessoal de Roberto de Souza e Adriano Paiva.

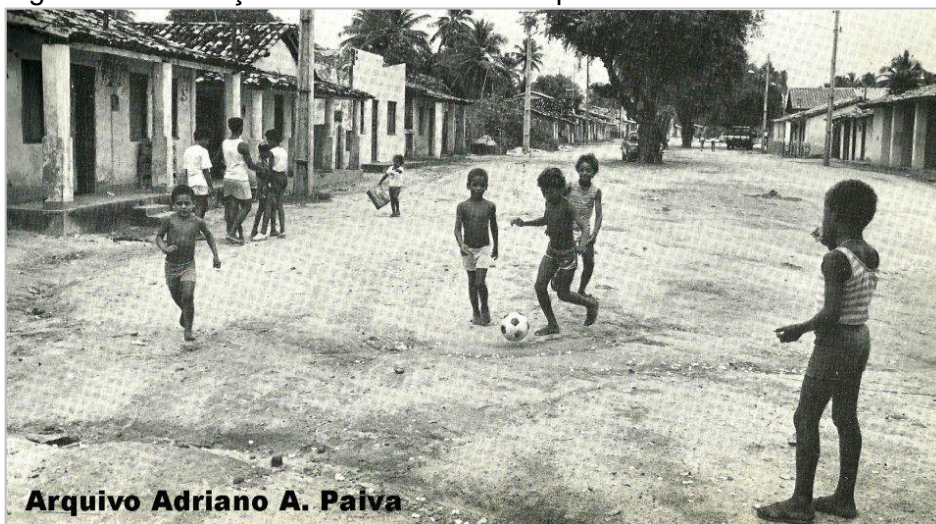
Os espaços da vila de pescadores da Praia do Forte eram divididos através das atividades que eles realizavam e pelas relações sociais. Não existia um limite físico, como foi feito posteriormente com o planejamento urbano, a vivência e as experiências ocorriam de forma mais orgânica, com uma aproximação maior dos elementos da natureza, dos saberes e ofícios que eram passados pelas gerações através da oralidade, da cultura e das tradições do lugar, como pode ser observado nas Figuras 9 e 10 a seguir.

Figura 9 – Moradores nativos da vila na década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Paiva.

Figura 10 – Crianças brincando na vila de pescadores na década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Paiva.

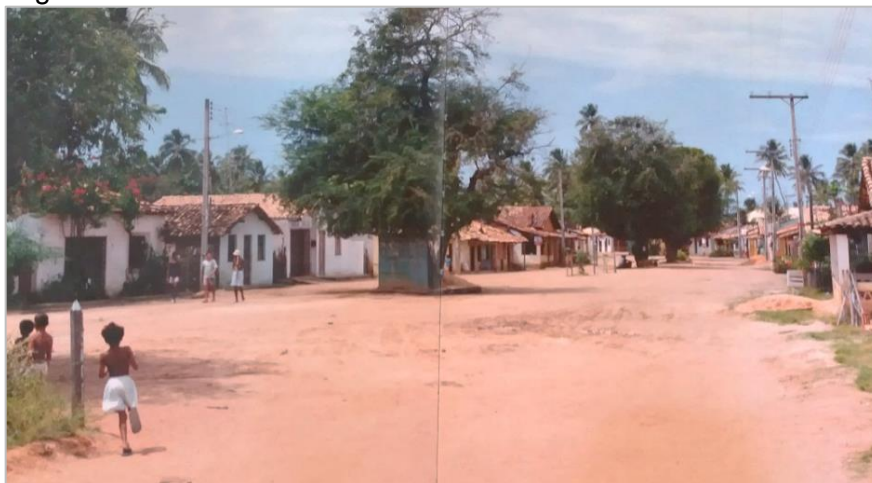
Até meados da década de 1970, a vila de pescadores (Figura 11) pertencia à Fazenda Praia do Forte e “mantinha articulações com Salvador através dos saveiros que chegavam a São Joaquim para escoar a produção local: produtos agrícolas, frutas, pescados, artesanato de palha, dentre outros”. (MATTEDI, 2001). O contato com Salvador, e demais cidades baianas, de acordo com Spinola (1996) começou a se estreitar a partir da inauguração da balsa que fazia travessia no rio Pojuca e “em 1982 foi construída a ponte sobre o rio Pojuca e pouco tempo depois chegou a energia elétrica.” (Figura 12).

Figura 11 – Vista do núcleo central da Vila de Pescadores de Praia do Forte em 1975



Fonte: Amaral (2012).

Figura 12 – A Vila de Pescadores de Praia do Forte em 1989



Fonte: Freeman (2008).

Sendo assim,

Os rumos da comunidade de pescadores e agricultores começaram a mudar no ano de 1970, quando as fazendas Praia do Forte, Camurujipe, Covão e Passagem Grande num total de 5.600 hectares e 12 quilômetros de praia foram vendidas pelos filhos do coronel Otacílio Nunes de Souza para o engenheiro paulista descendente de alemães Klaus Peters, empresário do ramo de materiais elétricos para iluminação pública e industrial. (SANTOS, 2006, p. 117).

Nos anos 1970 a fazenda de Praia do Forte foi vendida para o empresário paulista Klaus Peters. Encantado com as belezas naturais da fauna e da flora, além do rico patrimônio cultural e histórico com potencial para comportar a atividade turística, o empresário vislumbrou na área um projeto que abrangesse todos esses elementos através do turismo ecológico. A estratégia de utilizar o discurso da sustentabilidade e

preservação ambiental foi um verdadeiro *marketing* para divulgar a Praia do Forte e, de acordo com Sobrinho (1998, p. 35), a partir de 1970, “Praia do Forte passou a constar em todos os programas de planos de desenvolvimento recreativo e turísticos do Estado”.

3.2 PLANEJAMENTO URBANO NA PRAIA DO FORTE: INÍCIO DE UMA NOVA FASE

Descendente de alemães, Wilhelm Hermann Klaus Peters nasceu na cidade de São Paulo – SP em 11 de novembro de 1927. Conhecido por ser um empresário bem sucedido, teve seu primeiro empreendimento na Bahia instalado no município de Feira de Santana, a Peterco do Nordeste, uma empresa de produtos elétricos. Ao comprar a Fazenda Praia do Forte em 1970, que incluía as fazendas de Camarujipe, Covão e Passagem Grande, segundo Tinoco (2014), Peters exclamou: “O paraíso é aqui!”. Ao se deslumbrar com as belezas naturais do lugar, Klaus Peters (Figura 13) quis resguardar tais características através de um plano urbanístico que incluía transformar Praia do Forte em um polo turístico para um público seletivo.

Figura 13 – Da esquerda para direita: Klaus Peters, o fotógrafo Michael Reckling Bäumer e um dos filhos de Klaus Peters na sua casa em Praia do Forte, 1980



Fonte: Bäumer (1980).

Sem uma data precisa, uma das primeiras medidas foi à doação da Vila de Pescadores à municipalidade. Em seguida veio a elaboração do loteamento e a criação de uma espécie de Plano Diretor feito em parceria com o arquiteto Wilson Reis Netto. Já no início dos anos 1990, foi criada uma *Master Plan* pelos arquitetos da Urbanização, Planejamento e Arquitetura (URPLAN), Firmo Azevedo e Carl von Hauenschild⁵ com o principal objetivo de “ordenar o território da Fazenda Praia do Forte, para a implantação de hotéis, *resorts*, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos”. (SANTOS, 2013, p. 159).

Em entrevista cedida ao fotógrafo Michael Reckling Bäumer, em 1997, Klaus Peters observou que logo ao comprar a Fazenda, a pequena vila de pescadores ficava entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Timeantube, o que a limitava geograficamente e dessa forma, teria seu crescimento contido naturalmente e, também, a partir desta reconfiguração territorial que ele tinha em mente, associado ao ecoturismo a partir do lema “usufruir sem destruir”. Esse planejamento privado iniciou as primeiras modificações espaciais na vila e em seu entorno.

No período entre 1976 e 1977, como pontua Sobrinho (1998, p. 52), inicia-se na Praia do Forte a implantação de empreendimentos imobiliários, colocando em cena novos interesses e agentes sociais, sendo um deles o capital imobiliário que passa a se constituir o principal agente organizador do espaço regional e local. Com base na proposta de valorizar a típica paisagem natural, buscando adequar as novas edificações às construções tradicionais, “[...] foi criado o primeiro grande loteamento na localidade, o loteamento Praia do Forte. Esse loteamento foi aprovado pela Prefeitura de Mata de São João em 11 de dezembro de 1979 com base na lei municipal de nº 18/04/77 que define áreas para implantação turística no município [...]”. (SANTOS, 2013, p. 168).

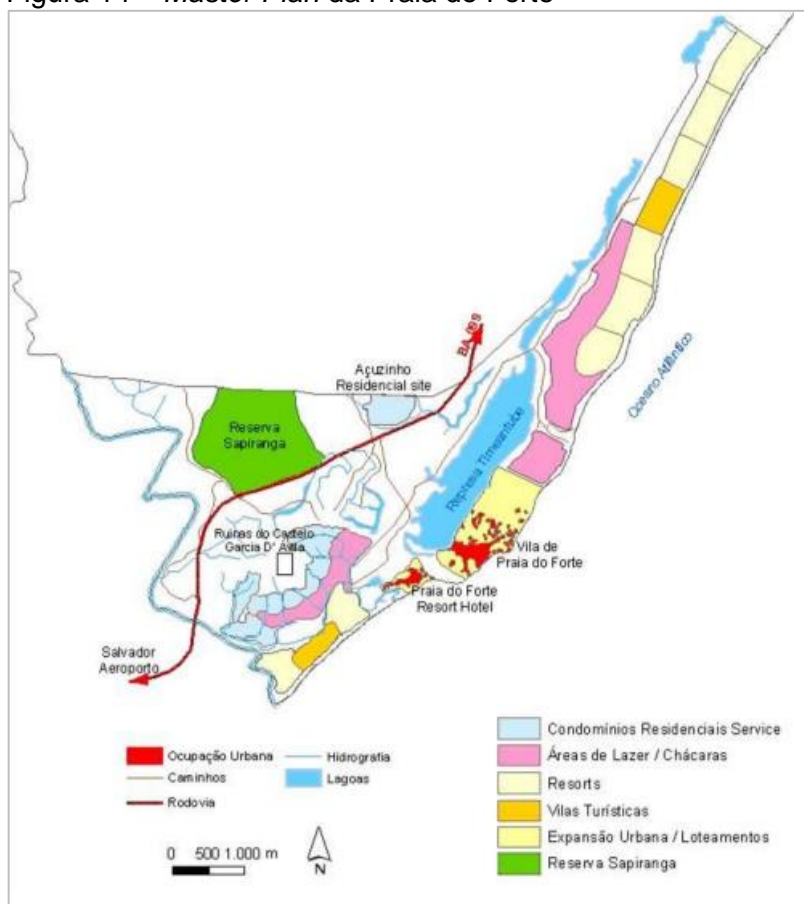
De acordo com Sobrinho (1998) a lei nº 18/04/77 foi aprovada pela Câmara Municipal de Mata de São João em 17 de dezembro de 1979 e, dois dias após sua aprovação, foi aprovada também uma nova lei em 19 de dezembro de 1979, a lei federal nº 6.766, que regulamenta e disciplina o parcelamento do solo. Esse foi caminho encontrado pelo empresário para controlar os agentes externos e a população residente, mantendo a retórica da sustentabilidade e preservação dos

⁵ O arquiteto Carl von Hauenschild gentilmente cedeu informações para esta pesquisa, através de uma entrevista realizada em fevereiro de 2018.

recursos naturais. Vale destacar que a autora afirma que de acordo com o a Lei Municipal nº 18/07/77, regulamentada pelo decreto nº 32/A/79, a vila da Praia do Forte possuía uma área de 478.830m² e o loteamento Praia do Forte tinha sua área total de 17.894.942, 79 m².

Pode-se observar no *Master Plan* (Figura 14) que houve uma preocupação em separar as áreas de lazer e moradia (chácaras e loteamentos) em volta de pequenas vilas turísticas, que dariam o apoio necessário à essas unidades habitacionais sem a necessidade de sobrecarregar a vila original da Praia do Forte. Essas pequenas novas vilas teriam todo o aparato de serviços e comércio para atender as necessidades dos veranistas e turistas.

Figura 14 – *Master Plan* da Praia do Forte



Fonte: Santos (2011). Elaborado pela URPLAN – Urbanização e Planejamento e Arquitetura entre 1992-94.⁶

⁶ A figura 14 (Master Plan) retirada de Santos (2011), não foi alterada para esta pesquisa. Foi detectado que a forma de indicar o Norte não está representado corretamente.

A partir do Master Plan, que vai redefinir o território e delimitar os futuros parcelamentos, de acordo com Santos (2006, p. 121), as intervenções seriam feitas por etapas, onde

Na primeira fase do projeto foram definidas as áreas nas porções norte e oeste de Praia do Forte para a instalação de 10 hotéis, parques, áreas residenciais, dois campos de golfe, vila de apoio, um Sea Aquarium, um mini shopping e uma base para barcos no rio Pojuca, além de outros equipamentos complementares.

Na segunda fase foram reservadas áreas na porção sul de Praia do Forte para a implantação de três hotéis: um beach resort com 250 apartamentos; um golf resort com 200 apartamentos e um convention conference resort com 300 apartamentos [...].

Conforme o Quadro 1 percebe-se que a maior parte da área do *Master Plan* foi destinada aos loteamentos residenciais e para áreas de lazer, a fim de satisfazer o que estava previsto em relação aos pequenos núcleos comerciais que foram chamados de vilas turísticas.

Quadro 1 – Distribuição das terras no loteamento Praia do Forte em 1979

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA POR HECTARE	PORCENTAGEM (%)
Residencial	867.19	48,46
Áreas verdes e ruas	536.82	30
Lazer e turismo	248.64	13,90
Área do Parque Garcia D'Ávila	69.80	3,90
Áreas institucionais	43.35	2,42
Área comercial	23.57	1,32
ÁREA TOTAL	1.789,37	100

Fonte: Adaptado de Santos (2006).

Sobrinho (1998) salienta que a maioria dos lotes foram comercializados entre os anos 1970-1980 a uma clientela de alto poder aquisitivo que deveriam obedecer a regulamentações urbanísticas específicas e elenca algumas dessas restrições:

Não poderá ser feito no terreno qualquer movimento de terra sem prévia autorização [...]; A arborização existente deve ser conservada [...]; É terminantemente proibida a construção de mais de uma edificação por lote de área inferior a 1.000 m² as quais serão sempre uni residenciais, em nenhum caso será permitida a construção com altura superior a 10 metros do solo; As fachadas principais serão voltadas para a alameda de pedestres e, não existindo, pra frente do lote; todas as edículas, garagens ou quaisquer tipos de construção só serão permitidas se integradas na construção principal, formando um unibloco de uma só característica; Não será permitida a construção de muros. São permitidas cercas em vigas de madeira ou pau roliço bambus, cercas vivas, desde que as alturas não excedam 1,60 metros e só depois de construída as residências; A identificação das lojas comerciais [...] deverá ser previamente aprovada pela Fundação Garcia D'Ávila [...]. É proibida a colocação de letreiros e painéis publicitários nos lotes, excluídos os de orientação turística, previamente aprovados pela Fundação Garcia D'Ávila [...]; É obrigatório o uso de materiais condizentes com a técnica de construção popular que caracteriza a construção da região, exemplificadamente: telhas "tipo colonial" de barro ou cobertura de palha; paredes e colunas de alvenaria caiadas ou colunas de madeira; estruturas, esquadrias, colunas, vigas e tesouras aparentes de madeira, com tratamento rustico e cor natural; portas e janelas pintadas com cores integradas na construção; pisos de cerâmica rustica, pedra, tijolo, tábuas polidas ou cimento; ficam vedados: o uso de materiais de revestimentos de fachadas, tais como: cerâmica, mármore, azulejos, argamassa plástica, lambris de madeira ou alumínio, fórmica ou similares; o emprego de alvenaria ou outros materiais nas fachadas dos prédios de formas compostas, complicadas, bizarras, que possa prejudicar a unidade do conjunto arquitetônico; casas pré-fabricadas; e, o emprego de tijolos aparentes nas fachadas ou paredes externas. (SOBRINHO, 1998, p. 56).

Tais restrições ainda são válidas na atualidade e veem anexadas no contrato de compra e venda dos lotes. Segundo a Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEPLAN) de Mata de São João, atualmente existem algumas alterações que são aceitas, especialmente em relação materiais construtivos e dos materiais de fachada, pois com a sofisticação desses produtos, podem-se utilizar alternativas à alvenaria e madeira, especialmente na parte estrutural das edificações. Mas que, esteticamente, precisam atender às determinações previstas.

A princípio essas medidas foram aplicadas em Praia do Forte antes da pavimentação das ruas e alamedas e da devida iluminação pública, o que para Spinola (1996, p. 133) possibilitava a manutenção do aspecto primitivo da localidade “sugerindo aos turistas, notadamente os estrangeiros, a imagem de uma legítima vila de pescadores, intocada ou muito pouco impactada pelo meio antrópico [...]”. Posteriormente, foi feita a pavimentação da Vila e a iluminação adequada das vias públicas.

De acordo com Santos (2006), esse projeto de intervenção urbanística foi elaborado no ano de 1998 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) em consonância com a política de turismo desenvolvida pelo Governo do Estado através do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR – BA), com a finalidade de proporcionar a ampliação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas turísticas do Estado.

Vale ressaltar que a urbanização, num primeiro momento, beneficiou somente as principais vias da Vila, como Rua da Aurora, Alameda do Sol e Alameda da Lua, pelo simples fato de abraçarem um maior fluxo de turistas e pela concentração de lojas e restaurantes voltados a um público elitizado nessas vias. Além da pavimentação, foi feito um tratamento paisagístico com espécies de plantas encontradas na região e foi providenciada a disposição de mobiliário urbano como bancos, postes e lixeiras. As demais ruas e alamedas foram sendo pavimentadas aos poucos pela Prefeitura municipal, de acordo com Santos (2013).

Desta forma, entende-se que houve um favorecimento em relação aos grupos de turistas e de veranistas em relação aos moradores da vila, pois os melhoramentos foram feitos para atender uma estratégia de *marketing*, mesmo que houvesse reivindicações da comunidade local. Afinal, o objetivo dessas transformações, em meio à competição acirrada que acontece entre as cidades e/ou entre os lugares turísticos para melhor vender sua imagem, é sustentar todo um discurso para atrair investimentos de grandes empresas e de favorecer a circulação de turistas em todas as estações do ano.

Em 1981, Klaus Peters inaugura a Fundação Garcia D’Ávila, com o objetivo de administrar a área e autorizar os projetos a serem implantados “além de configurar como elemento articulador de forças políticas locais, ator-empendedor e provedor

de bens e serviços públicos, tais como: segurança, saúde e educação, atuando na prática como uma superprefeitura”. (SOBRINHO, 1998, p. 37). Para coordenar a venda dos loteamentos feitos para cada uso específico, Klaus Peters criou a Landco Empreendimentos Imobiliários.

Conforme Santos (2013), a primeira pousada inaugurada em 1980 era de pequeno porte, contava com 15 cabanas com cobertura de piaçava e chamava-se Praia do Forte (Figura 15). Foi um dos primeiros empreendimentos instalados após o processo de planejamento urbanístico iniciado por Klaus Peters.

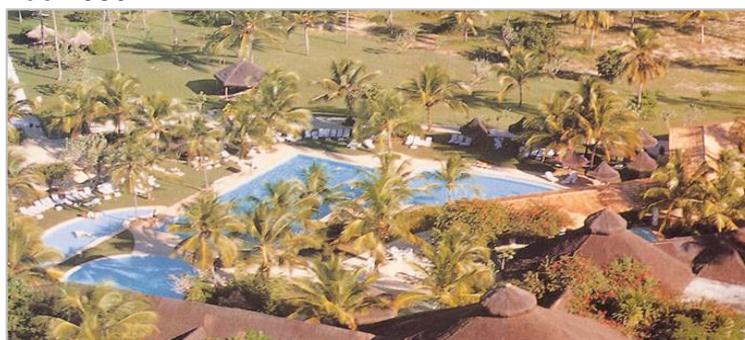
Figura 15 – Pousada Praia do Forte, projeto de Wilson Reis Netto, 1980



Fonte: <http://www.wilsonreisnetto.com.br/projetos.html>

Em 1985, com os investimentos no ramo hoteleiro em expansão, Klaus Peters inaugurou o primeiro empreendimento hoteleiro internacional, o Hotel *Robinson Club* (Figura 16), “utilizando os recursos de financiamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco de Desenvolvimento da Bahia (Desenbanco) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”. (SANTOS, 2013, p. 157). No projeto também elaborado pelo arquiteto Wilson Reis Netto, foi construído com materiais da região e com formas especialmente projetadas para valorizar a paisagem⁷.

Figura 16 – *Robinson Club* desenhado por Wilson Reis Netto na década de 1980



Fonte: <http://www.wilsonreisnetto.com.br/projetos.html>

⁷ Conforme consta na descrição do resort no site do arquiteto.

Dois anos depois, em 1987, o hotel passa por uma reforma e Klaus Peters se desvincula de antigos sócios, mudando assim o nome do empreendimento para Maritim Club Hotel Praia do Forte. Após uma segunda reforma, o hotel muda de nome mais uma vez e passa a se chamar Praia do Forte Eco Resort (SANTOS, 2013). Em 2006, o resort foi vendido para o grupo português Espírito Santo e tornou-se o Tivoli Eco Resort Praia do Forte (Figura 17). O Tivoli, como é conhecido na vila, é um dos maiores empreendimentos hoteleiros de Praia do Forte, voltado para um público elitizado, onde possui restaurantes, *spa*, quadras esportivas e espaços para lazer e eventos diversos.

Figura 17 – Tivoli Eco Resort na Praia do Forte atualmente



Fonte: <http://kkturismo.com.br/novo/tivoli-eco-resort>

Tais empreendimentos, a pousada e o resort, foram importantes para as transformações urbanas na Praia do Forte, pois foram os primeiros equipamentos a serem construídos dentro do planejamento urbanístico previsto para o local. Com isso, observam-se as primeiras mudanças paisagísticas, arquitetônicas e socioculturais. Com estes novos elementos, intensifica-se o turismo nacional e principalmente, o internacional, além de definir um novo padrão arquitetônico que deveria ser adotado nas edificações residenciais e comerciais.

Portanto, pode-se dizer que com a venda da fazenda de Praia do Forte para o empresário alemão e a construção da BA – 099 foram os primeiros elementos potencializadores para as transformações sociais, espaciais, econômicas e político-administrativas no local. A partir da década de 1980, com a venda dos loteamentos residenciais e com os primeiros empreendimentos sendo inaugurados, pode-se dizer que o projeto urbanístico idealizado por Klaus Peters demonstrou alterações significativas na paisagem de Praia do Forte e que, de acordo com Sobrinho (1998), marcou a destruição de antigos territórios e a construção de novos territórios

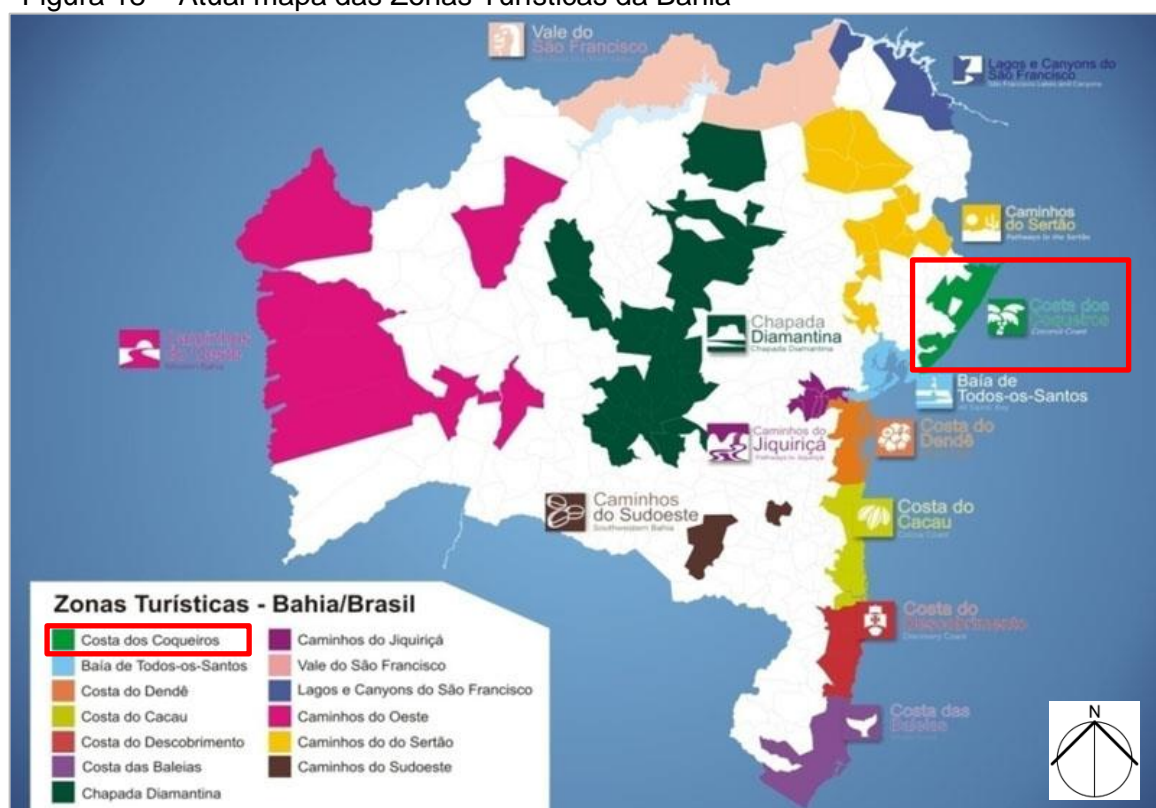
voltados para atender a demanda do empreendimento turístico, hoteleiro e imobiliário. Esse planejamento marcou o início do desenvolvimento do local e que não se deu de maneira orgânica e horizontal, onde, de fato, envolvesse todos os atores sociais da Praia do Forte, já que, por exemplo, previa a preservação da vila de pescadores e isso não ocorreu na prática, como poderá ser observado ao longo deste estudo.

3.3 POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

Em 1991, o Governo do Estado da Bahia através do PRODETUR – BA “dividiu o estado em sete regiões turísticas, tendo cada uma delas uma localidade ou um município âncora”. (FARIA, 2013, p. 195). Spinola (1996, p. 105) explica que ao fazer essa divisão, o Governo do Estado promoveu melhoramentos, na infraestrutura urbana dessas áreas prioritárias que receberam investimentos privados do setor turístico e tornaram-se polos regionais de turismo. Ainda para a autora, a descentralização das atividades de turismo na Bahia enquadra-se na proposta da Política Nacional de Turismo para “promover o desenvolvimento regional através da intensificação dos fluxos comerciais e de serviços entre os municípios turísticos e seus vizinhos”, já que tais zonas turísticas abrangem áreas urbanas, rurais, de proteção ambiental e de outros atrativos de importante apelo turístico para um público alvo de alto poder aquisitivo e formado preferencialmente por turistas estrangeiros.

Atualmente são 13 zonas turísticas que incluem 156 municípios baianos (Figura 18). Praia do Forte é tida como a localidade âncora da zona turística da Costa dos Coqueiros, que possui 193 quilômetros de praias e compreende os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Figura 18 – Atual mapa das Zonas Turísticas da Bahia



Fonte: Bahia (2011) adaptado pela autora desta dissertação.

Como mais um bem de consumo no mercado global, o turismo para Santos (2013) tornou-se uma atividade de massa, constituindo-se em símbolo de status social para aqueles que podem usufruí-lo, através de um processo que ocorre de forma diferenciada segundo as camadas sociais distintas, a partir dos nichos de mercado. Dessa forma, para a autora, “o espaço tornou-se uma relevante mercadoria a ser comercializada, na medida em que passou a ter valor de troca de acordo com os princípios do mercado”. (SANTOS, 2013, p. 20).

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH) aponta que as belezas naturais do Litoral Norte da Bahia com a integração socioeconômica de diversos municípios do seu entorno possibilitaram o desenvolvimento da região. Para Faria (2013, p. 195) a costa dos coqueiros se tornou “um dos maiores polos turísticos em crescimento do Brasil, considerando o volume de investimentos nacionais e internacionais alocados e a implantação de infraestrutura para abrigar o turismo de porte internacional”.

No começo dos anos 1990, foi inaugurado o trecho da Linha Verde e, nessa mesma época, também surge a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/ LN) através do Decreto Estadual nº 1.046/92 de 17 de março de 1992. Sendo assim, os órgãos e entidades públicas estaduais passam a ser obrigados a submeter previamente à Comissão de Coordenação da APA/LN todo e qualquer projeto de investimento em infraestrutura proposto para a área abrangida pelo decreto.

Em relação à preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade, que cada vez mais se mostravam relevantes no cenário político daquele momento, Oliveira (2002, p. 37) observa que década de 1990 foi marcada por uma série de debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável como “a ECO-92, no Rio de Janeiro, é um exemplo da preocupação do homem com seu planeta e com seu semelhante. As nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida”.

Conforme Mello, Silva e Faria (2016) com a popularização da ecologia e a importância dos ecossistemas e a incorporação de conceitos de cultura e de novas inserções patrimoniais

abrem possibilidades de outros atrativos dentro dos destinos turísticos já consolidados e a estruturação de novos roteiros, construindo uma outra cartografia imaginária. A indústria do turismo propõe, nessa rota, inúmeros circuitos: eco-turismo, turismo social, turismo doméstico, turismo cultural. Com isso, surge uma nova modalidade de resignificar, de proteger e valorizar, implementando disputas sobre territórios e regiões vistas como potenciais cartões postais. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 7).

Esses acontecimentos fortaleceram a estratégia de *marketing* adotada por Klaus Peters ao divulgar a Praia do Forte como destino para o turismo ecológico, inserido numa rodovia que apresenta uma rica variedade de ecossistemas e paisagens naturais, relativamente próximas ao aeroporto de Salvador. Tais alterações feitas no território da Praia do Forte e com as novas dinâmicas antropológicas, socioeconômicas e ambientais, a atenção governamental voltou-se para o melhoramento da infraestrutura urbana, tanto da Praia do Forte como do Litoral Norte, pela lógica do planejamento estratégico para atrair investidores privados e, conseqüentemente, turistas.

Desse modo, a Praia do Forte passa a constar em folhetos, jornais e revistas, principais veículos de comunicação impressos entre os anos 1980-2000. Cada vez mais se fala sobre o roteiro eco turístico, do “paraíso”, “da polinésia brasileira”, da preservação da mata atlântica e das tartarugas marinhas, das ruínas do Castelo e de Klaus Peters como um empreendedor visionário, de sucesso e até ecologista (Figuras 19, 20, 21, 22 e 23). Posteriormente, com o advento da *Internet*, a Praia do Forte passou a ser conhecida e comentada em vários sites, blogs e redes sociais ao redor do mundo.

Figura 19 – Recorte do Jornal A Tarde de 1984: “A Praia do Forte passa a ter projeção internacional”



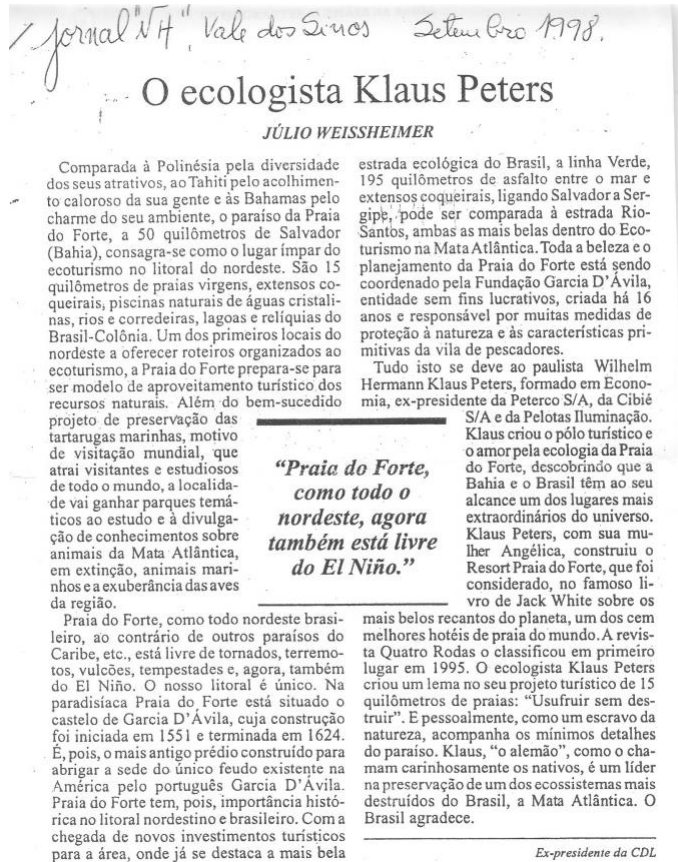
Fonte: Arquivo pessoal de Karen Bernsee.

Figura 20 – Rara entrevista de Klaus Peters para o jornal Praia do Norte em dezembro de 1991



Fonte: Arquivo pessoal de Karen Bernsee.

Figura 21 – O Jornal NH do Rio Grande do Sul trata Klaus Peters como “ecologista” e “escravo da natureza” em matéria de setembro de 1998



Fonte: Arquivo pessoal de Karen Bernsee.

Figura 22 – Matéria do Jornal A Tarde, de 03 de dezembro de 1997, sobre o verão na Praia do Forte



Fonte: Arquivo da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Figura 23 – Matéria do Jornal Estado de S. Paulo, de 16 de dezembro de 1997, sobre a Praia do Forte



Fonte: Arquivo da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

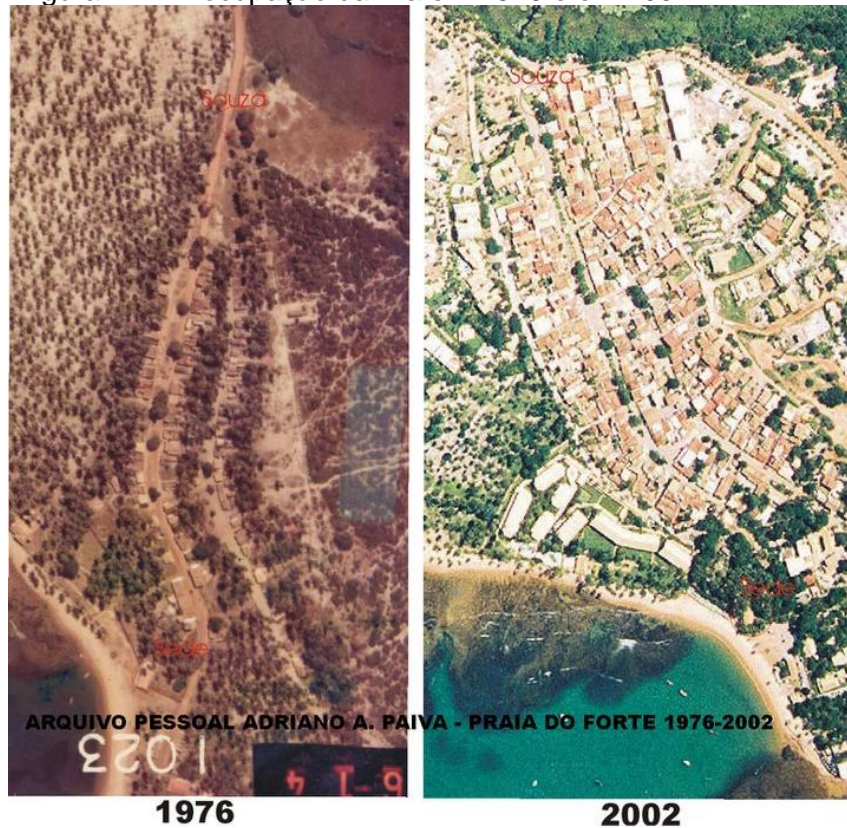
Todavia, com toda a publicidade feita e os investimentos públicos e privados aplicados no Litoral Norte, promoveram significativos impactos ambientais, com a instalação de *resorts*, hotéis e empreendimentos comerciais que foram implantados em áreas sensíveis como, por exemplo, o resort Iberostar Praia do Forte. Este resort, afirma Santos (2006), está em uma área onde o uso é permitido para contemplação, pesquisa científica ou trilhas ecológicas controladas o que para a autora (2006, p. 128) denuncia “a fragilidade das leis ambientais no país e a força do poder econômico junto aos órgãos públicos”.

Conforme Muricy (2010, p. 4), na década de 2000 começam a convergir para a Praia do Forte grandes grupos estrangeiros, sobretudo portugueses e espanhóis, que trouxeram como novidade “a conjugação da atividade hoteleira com condomínios residenciais, uma nova tendência do mercado turístico mundial”. Esse modelo de empreendimento pode ser encontrado no Iberostar e no Tivoli, onde dentro do complexo do resort existem residências que podem ser compradas ou utilizadas através de diárias. Os moradores, turistas ou veranistas tem acesso a algumas facilidades do resort a partir do que é estabelecido por cada empreendimento.

Além desse modelo de atividade imobiliária, existem os condomínios residenciais que passaram a fazer parte da paisagem da Praia do Forte ainda na década de 1980. Esses condomínios foram construídos mais afastados da Vila, como uma forma de separar as novas edificações do núcleo antigo ou ainda, conforme Santos (2006, p. 133), como uma forma de se obter exclusividade social, criando territórios privados e exclusivos através da segregação, com os veranistas de elevado poder aquisitivo de um lado e dos moradores tradicionais de outro.

No início dos anos 2000 já era evidente as transformações no território da Praia do Forte (Figuras 24, 25 e 26). A Vila já se encontrava adensada e o número de condomínios e de estabelecimentos comerciais também aumentaram.

Figura 24 – A ocupação da vila em 1976 e em 2002



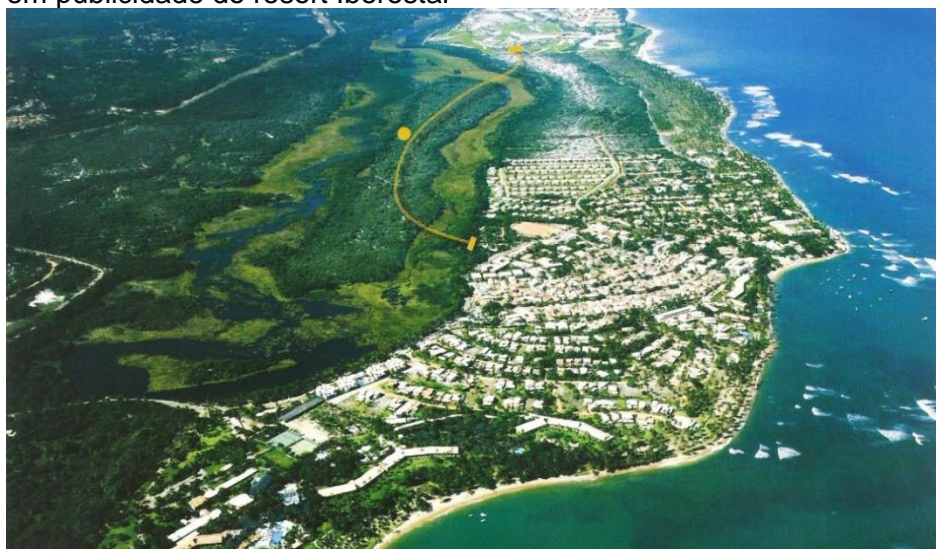
Fonte: Acervo pessoal de Adriano Paiva.

Figura 25 – Ocupação da Praia do Forte em 1991 pouco tempo antes do desenvolvimento do *Master Plan*



Fonte: Arquivo pessoal de Karen Bernsee.

Figura 26 – Ocupação da Praia do Forte em 2010 em imagem veiculada em publicidade do resort Iberostar



Fonte: Arquivo pessoal de Karen Bernsee.

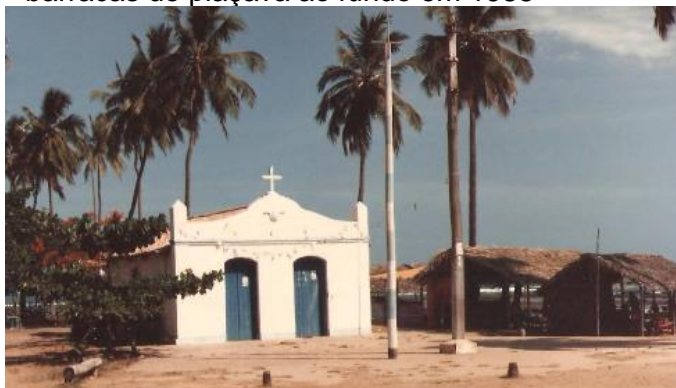
As casas construídas nos condomínios devem respeitar as restrições urbanísticas que acompanham o contrato de compra do terreno como estabelecido no planejamento urbano do local que, mesmo restringindo técnicas e materiais para que se conserve a paisagem da comunidade pesqueira, não deixa criar uma “imagem artificial de lugar turístico rústico e bucólico que respeita e preserva a natureza”.

(SANTOS, 2006, p. 138) São novas arquiteturas que começam a surgir e a representar os novos modos de viver que foram inseridos na Praia do Forte.

3.3 NOVAS ARQUITETURAS E NOVOS MODOS DE VIVER

A tipologia construtiva da Praia do Forte passou a mudar com a implantação dos primeiros hotéis e pousadas, bem como, das primeiras residências nos lotes vendidos por Klaus Peters. Essas construções precisavam obedecer a determinadas restrições urbanísticas que até os dias atuais são válidas. Essas novas arquiteturas, mesmo que querendo “imitar” ou “parecer” com as casas dos nativos de 47 anos atrás, nunca poderia acontecer de fato, pois as casas dessas pessoas eram feitas de acordo com o modo de vida tradicional que eles levavam de acordo com as relações sociais, culturais e com a natureza. Os nativos utilizavam a palha da piaçava para fazer a cobertura de suas habitações ou de quiosques que, a depender do uso, até as paredes eram feitas desse material (Figura 27).

Figura 27 – Praça São Francisco, sem calçamento, com a Igreja e barracas de piaçava ao fundo em 1988



Fonte: Acervo pessoal de Karen Bernsee.

Poucas casas possuíam cobertura com telhas cerâmicas ou eram constituídas de alvenaria (Figura 28). Com o passar dos anos, esses materiais começaram a fazer parte do cotidiano dos nativos e, conseqüentemente, a terem suas casas transformadas, por conta do advento do turismo e das construções das residências dos veranistas, assim como a instalação de lojas de material de construção na Estrada do Coco.

Figura 28 – Casa de nativo com telhado cerâmico em 1988



Fonte: Acervo pessoal de Karen Bernsee.

A chegada do turismo gerou um grande impacto na vida dos moradores tradicionais, pois, com a abertura da Praia do Forte para um novo fluxo de pessoas com modos de viver diferentes dos nativos, sistematizados pelo modelo capitalista, há uma inserção desses novos valores na vida cotidiana da Vila, que passa a viver e conviver com diversos elementos que não estavam no seu contexto habitual.

Assim, a vida simples e pacata daquela vila de pescadores assumiu um novo ritmo, baseado nos anseios do consumo contemporâneo: a especulação imobiliária redefiniu os seus espaços provocando processos de segregação, gentrificação e resistência; novas dinâmicas de ocupação e uso do solo, voltadas à espetacularização e à cenarização, agredem os ecossistemas e a historicidade; enquanto o turismo modificou hábitos cotidianos e modos de viver da sua população em práticas globais generalizadas. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 5).

São raras as populações que conseguem manter um modo de vida tradicional, como algumas comunidades quilombolas e ribeirinhas. Para manter esse modo de vida tradicional intacto ou minimamente impactado, eles não permitem nenhum tipo de inserção do “mundo lá fora” para conservar essa tradicionalidade: tecnologias, turistas, empreendimentos, dentre outros. Tal posicionamento exige certo sacrifício dessas comunidades, especialmente em relação à assistência médica, educação e ao sustento dessas famílias distante do sistema operado pelas relações com o capital. Porém, se eles desejam a permanência no seu local de origem ou a proteção das suas tradições, mantem-se organizados de uma forma que lhes permitam ocuparem seu território e resistir a manifestações externas à sua cultura.

Um caso similar pode ser evidenciado na dissertação de mestrado de Fabrício Zanoli (2017) que trata das famílias que vivem na Gamboa em Salvador. É uma

comunidade que tem a pesca e o artesanato como tradição e moram na beira do mar, em uma área de patrimônio. Fica evidenciado na pesquisa que ao manter a tradição e viver esse modo de vida que é autossuficiente, vendendo peixe e operando pequenos restaurantes, as pessoas tem a possibilidade de continuar morar no lugar. Isso denota a existência um processo de politização e de entendimento da importância da permanência.

Segundo dados divulgados pelo jornal Correio⁸, em 08 de fevereiro de 2017, a recessão enfrentada pelo Brasil nos últimos dois anos (2015 e 2016) causou a redução no PIB da Bahia e, conseqüentemente, uma retração na economia. Esses números, apesar de terem sido reduzidos em relação aos anos anteriores, não impediram que o Estado deixasse de receber investimentos, tendo em vista a construção de novos condomínios, ou a continuação dessas obras, como o Villa da Enseada, Alto da Constância e o Condomínio Piscinas Naturais na Praia do Forte, como também não interrompeu a compra de terrenos e casas nesses empreendimentos. Em um futuro próximo, a demanda por novos estabelecimentos comerciais e por serviços na Praia do Forte deve aumentar por conta desse novo fluxo de moradores e, principalmente, pelos investimentos públicos em infraestrutura já realizados.

É espantosa a diferença existe entre os condomínios residenciais existentes na Praia do Forte e a Vila. Numa escala territorial, a casa de um morador nativo é minúscula em relação à magnitude de determinados condomínios. Essas casas de veraneio ou de segunda residência, não são ocupadas o ano inteiro, o que segundo Assis (2003) pertencem a um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias que pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção ou compra do imóvel, impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular, fatores que fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social (Figuras 29, 30, 31, 32 e 33).

⁸ Informação retirada do site do jornal na Internet.

Figura 29 - Casas de luxo para aluguel no Tivoli: aproximadamente 2.000 reais a diária



Fonte: <https://www.aluguetemporada.com.br/imovel/p3711690>.

Figura 30 - Casa da parte residencial do Iberostar.



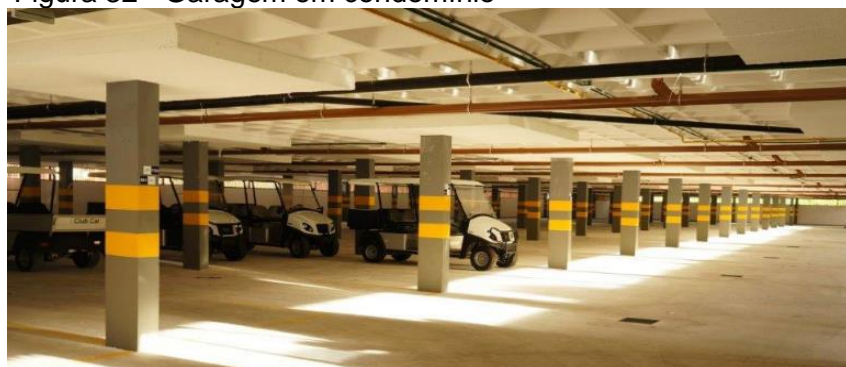
Fonte: <http://www.iberostate.com/pt/praiadoforte/casas-de-praia-a-venda/item/casas-caramelo>

Figura 31 - Village do empreendimento Piscinas Naturais



Fonte: <http://www.condominiopiscinasnaturais.com.br/condominios/village-das-acacias>

Figura 32 - Garagem em condomínio



Fonte: <http://www.condominiopiscinasnaturais.com.br/condominios/village-das-acacias>

Figura 33 - Condomínio Alto da Constância



Fachada e área de lazer

Fonte: <http://www.uniaodoforte.com.br/imovel-detalhes.aspx?ref=CA0180>

Na *internet* é muito comum ver anúncios desses empreendimentos e, principalmente em panfletos (Figuras 34 e 35) nas lojas e restaurantes da Vila e até sendo distribuídos nas sinaleiras de trânsito em Salvador.

Figura 34 – Praia do Forte vendida como “paraíso para relaxar e aproveitar o contato com a natureza” no Panfleto Stand de Vendas de dezembro de 2017



Fonte: Acervo da autora desta dissertação.

Figura 35 – Publicidade no Panfleto Stand de Vendas, de dezembro de 2017, de um condomínio na Praia do Forte: “vila, mar e sonhos”

WWW.STANDDEVENDAS.COM.BR - OS MELHORES IMÓVEIS EM UM SO LUGAR

Em Praia do Forte, perto da vila, do mar e dos seus sonhos.

VILLA DA ENSEADA

- Obras em andamento
- Terreno com 222.000 m²
- Apartamentos com opções para 2, 3 e 4 quartos
- Clubhouse piscina e sauna
- Salão de festas, espaço gourmet e academia
- Quadra poliesportiva
- Guarda de segurança
- Estacionamento para visitantes
- Lago artificial

Visite o stand de vendas.
Tels.: (71) 3676-1413
(71) 3676-1412.

Imobiliária: UNIÃO DO FORTE IMOBILIÁRIA

Fonte: Acervo da autora desta dissertação.


No site União do Forte, observa-se que as casas mais caras ficam em condomínios na Praia do Forte e os valores desses imóveis ficam entre 700 mil reais e 8 milhões de reais (Figuras 36 e 37).

Figura 36 – Os dois imóveis mais caros do site, em Praia do Forte (fevereiro de 2018)

	<p>Casa Ref.: CA0201</p> <p>Condomínio Porto Das Baleias Praia do Forte Mata de São João</p> <p>Valor de venda R\$ 8.000.000,00</p> <p>6 dorm(s) 6 suite(s) 4 vaga(s)</p> <p>Mapa de Localização Adicionar aos favoritos</p> <p>Mais informações</p>

Fonte: Site União do Forte Imobiliária

Figura 37 – Os dois imóveis mais baratos à venda na Praia do Forte (fevereiro de 2018)



Casa tipo

Casa Ref.: CA0180


Alto da Constância
Praia do Forte | **Mata de São João**

Valor de venda
R\$ 761.400,00

- 4 dorm(s)
- 4 suite(s)
- 3 vaga(s)

Mapa de Localização
 Adicionar aos favoritos

Mais informações



UNIAO DO FORTE IMOBILIARIA

Casa Ref.: CA0088

Praia do Forte | **Mata de São João**

Valor de venda
R\$ 1.200.000,00

- 3 dorm(s)
- 1 suite(s)
- 2 vaga(s)

Mapa de Localização
 Adicionar aos favoritos

Mais informações

Fonte: Site União do Forte Imobiliária.

Essas são as novas arquiteturas que representam os novos modos de viver que foram inseridos na Praia do Forte, a partir do estabelecimento da mesma como destino turístico e com o planejamento estratégico promovido entre os setores público e privado. As casas em condomínios passaram a reproduzir lógicas até então inexistente na Praia do Forte: lógica do medo, da vigilância, do carro, da cidade. Tais construções passaram a limitar o território dos nativos, que antes podiam transitar livremente por toda a Praia do Forte, onde conheciam caminhos, se orientavam por árvores, plantas e pelas linhas de desejo que marcavam os deslocamentos feitos a pé ou com animais como o cavalo.

Apesar de toda a publicidade que é feita para atrair esses novos moradores e turistas de segunda residência, os impostos que incidem sobre a Praia do Forte são caros, especialmente quando se trata do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU aplicado às casas de condomínios. Segundo a Secretaria de Administração e Finanças de Mata de São João, conforme o Art. 33 do Código Tributário Nacional a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, ou seja, o valor do imóvel numa transação à vista. Ainda de acordo a Secretaria, para aqueles imóveis constantes em locais relativamente desvalorizados, quer seja pelo tipo de logradouro, como os becos e vielas, por exemplo, quer seja pelo tipo de construção, é feita uma redução

de até 50% sobre o valor venal de forma a praticar a justiça tributária, considerando a capacidade contributiva dos habitantes daquela área.

Já que o cálculo do IPTU é baseado no preço do imóvel, a partir do contato da autora com a imobiliária IMOFORTE – Imóveis Praia do Forte pode-se levantar algumas informações referentes aos valores do metro quadrado na Praia do Forte. Conforme a empresa, atualmente na Praia do Forte o preço do metro quadrado na área considerada “pé na areia”, que seriam lotes em frente à praia, gira em torno dos 15 mil reais. Esse valor vai diminuindo conforme os loteamentos se afastam da praia. Todavia, essa diminuição dos valores é relativa, pois, a vila se configura como o único núcleo comercial do local, portanto, não é somente a praia que aumenta o valor do metro quadrado na Praia do Forte.

Os terrenos próximos à vila, como colocado pela imobiliária, também tem os valores mais altos, ficando entre 3 mil e 10 mil reais o metro quadrado. Os condomínios Porto das Baleias e Aldeia dos Pescadores são os mais privilegiados nesse sentido, e, portanto, possuem algumas das casas mais caras do local. Os raros lotes sem construção que ainda existem nesses condomínios citados também são muito valorizados.

Os novos condomínios que estão em construção na Praia do Forte têm uma infraestrutura diferenciada do que era a proposta do local entre os anos 1970-2000. Os condomínios não possuíam ambientes como áreas gourmet ou salas de ginástica e nem serviços de segurança privada 24 horas ou mesmo fiação subterrânea com cabos de fibra ótica para internet banda larga.

Tal configuração para os novos condomínios vale-se de que, além de ofertar um diferencial para quem deseja morar na Praia do Forte, o que não deveria ser visto dessa forma por ser um sítio turístico, cada vez mais as moradias ficarão distantes da vila, o que vai dificultar o deslocamento, bem como, pode acarretar a falta de segurança para essa nova população.

Conforme a IMOFORTE, o valor da mensalidade dos novos condomínios é mais elevado em relação aos condomínios existentes, por conta dessa nova infraestrutura disponibilizada. Porém, o valor dos imóveis, como colocado anteriormente, é que vai variar. Em um condomínio como o Piscinas Naturais, um lote individual sem construção, de até 600 m² de área, custa entre 800 a 900 mil reais, sendo que tais

cifras diminuem conforme o lote se distancia da vila. Já um condomínio de alto luxo afastado da vila, como o Enseada do Castelo, onde muitos terrenos ficam próximos ao mar e a praia torna-se praticamente privativa, os lotes são de aproximadamente 700 m² e os valores vão de 700 mil reais para aqueles mais distante da praia e os mais próximos dela podem chegar de 1 milhão e 300 mil reais até 3 milhões de reais.

De acordo com o jornal Correio⁹, em julho de 2017, os bairros com os maiores valores do metro quadrado em Salvador são: Vitória (R\$ 11.500/m²), Barra (R\$ 8.184/m²), Horto Florestal (R\$ 8.056/m²), Graça (R\$ 7.843/m²) e Ondina (R\$ 7.500/m²). Desta forma pode-se observar que apesar da variação de valores que ocorre na Praia do Forte, ainda assim, o local possui o maior valor, em relação ao metro quadrado, do que os bairros mais cobiçados da capital baiana. Para a IMOFORTE, a Praia do Forte tem o metro quadrado mais caro, não somente do Litoral Norte, mas de todo o Litoral do Estado da Bahia.

Outra questão que tem influenciado os modos de viver e a renda dos nativos é a venda e/ou aluguel dos imóveis na Vila. Pois, atualmente é comum que aluguem parte da casa para a atividade comercial e habite nos fundos da edificação ou então aluguem o imóvel para o esse mesmo fim só que, dessa vez, vão morar na contra costa.

Açu da Torre, apesar de não ter os atrativos da Praia do Forte e de não ter sido inserido no planejamento estratégico, atualmente tem exercido um papel importante para a Praia do Forte. Aquele local tem servido de moradia para os trabalhadores da Vila e também para aqueles que não puderam ou não quiseram mais estabelecer moradia na Praia do Forte, contribuindo, de certa forma, com o não adensamento da Vila.

As comunidades localizadas a oeste da rodovia também presenciam a especulação fundiária e nesta face é possível observar diversas formas de crescimento e de ocupação desordenada. Terras antes desocupadas, ou ocupadas exclusivamente por fazendas, sítios e usadas pela atividade de reflorestamento, são loteadas e negociadas por valores desproporcionais à realidade do lado leste. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 6).

⁹ Informações retiradas de matéria no site do jornal.

Nota-se que cada vez mais Açú da Torre tem se convertido em uma cidade dormitório e com isso, pode vir a ser uma nova aposta para os empresários e para o poder público. Por conta da proximidade com a Praia do Forte pode abrigar atividades que até então não estão disponíveis na Vila e também pode se tornar um local para residências de veraneio.

3.4 O DECLÍNIO DA ERA PETERS

Klaus Peters guiou todo o processo de desenvolvimento e crescimento econômico da Praia do Forte por cerca de 38 anos, até adoecer e se afastar de vez da Praia do Forte. Segundo relatos de moradores do local, em meados de 2007 sua segunda esposa, Angélica Peters, passou a guiar os negócios. Foi a partir dessa época que o Tivoli foi instalado na Praia do Forte e que os terrenos de Klaus Peters começaram a ser vendidos. Atualmente, o dono destes terrenos seria o deputado federal João Gualberto Vasconcelos.

Nessa mesma época, também, surgiram a maioria dos novos condomínios residenciais, bem como, o aumento da publicidade a respeito dos mesmos, como visto anteriormente. As propagandas sobre a Praia do Forte, de uma forma geral, também aumentaram e passaram a evidenciar o consumo, as lojas e restaurantes, como é possível visualizar na Figura 38, e não somente os atrativos naturais, como o próprio Klaus Peters gostava de frisar.

Figura 38 – Publicidade da Praia do Forte, disponível da central de Atendimento ao Turista, em 2017



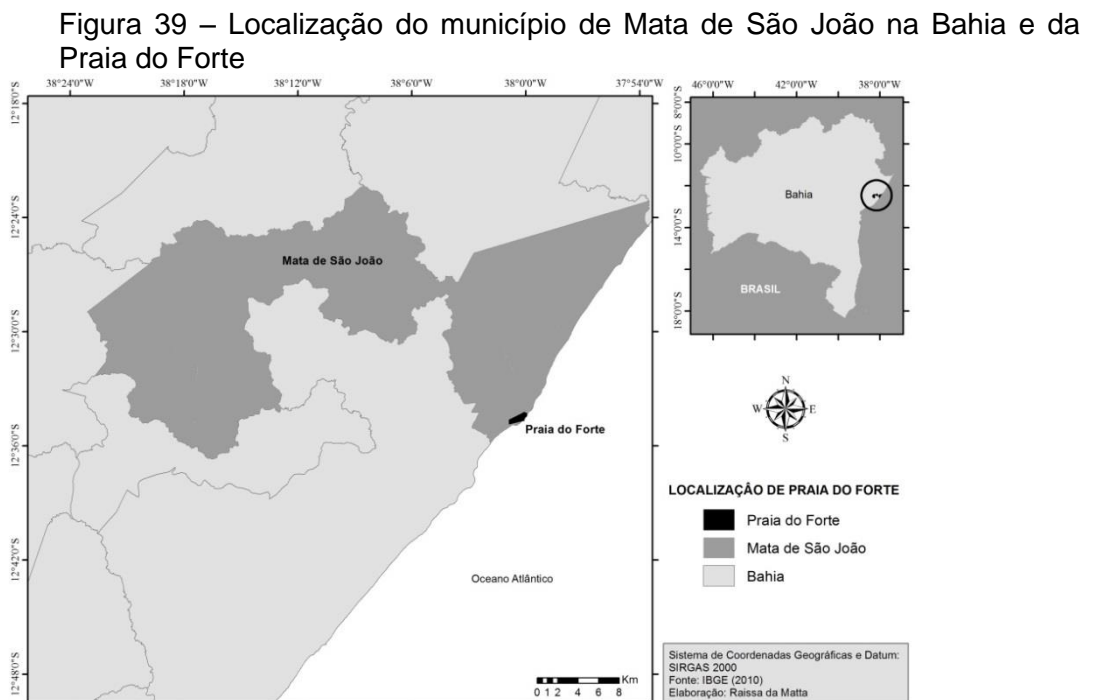
Fonte: Acervo da autora.

Portanto, com a desvinculação da família Peters do local e com a morte de Klaus em agosto de 2011, fechou-se o ciclo desse planejamento que colocou a Praia do Forte no mapa dos roteiros turísticos nacionais e internacionais. Com isso, a Praia do Forte passa a ser administrada pelo conjunto de instituições privadas instaladas no local, que já participavam e influenciavam as tomadas de decisões, bem como, nota-se a presença cada vez mais constante da Prefeitura de Mata de São João, já que a Fundação Garcia D'Ávila deixou de exercer o papel de órgão fiscalizador e articulador de forças políticas locais.

4 PECULIARIDADES, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA PRAIA DO FORTE

4.1 CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA PRAIA DO FORTE

O município de Mata de São João, como se observa na figura 39, distante a 65 km da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, possui acesso pela rodovia BA – 099 e pela BA – 093 ou através da BR – 324 e BA – 093. Com uma área de 633,19 km² (IBGE, 2010) e com uma população total de 40.183 habitantes (IBGE, 2010), Mata de São João faz parte da Região Metropolitana de Salvador e possui três distritos: Mata de São João (sede), Açú da Torre e Amado Bahia. Tem como municípios limítrofes ao Norte Itanagra, Pojuca e Entre Rios; ao Sul faz fronteira com Dias D'Ávila e Camaçari; A Oeste com São Sebastião do Passé e a Leste com o Oceano Atlântico.



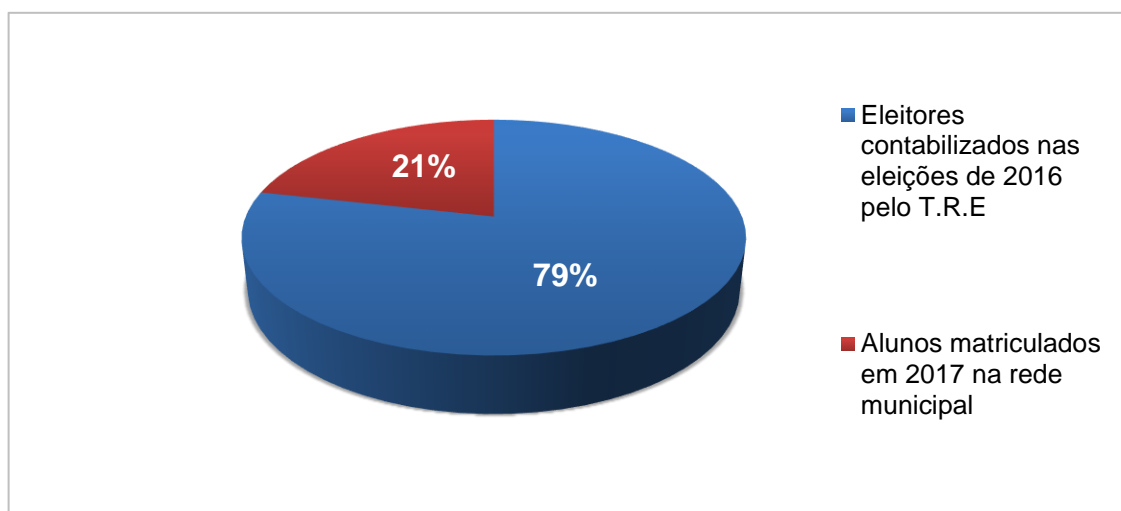
Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Raissa da Matta (2017).

Inserida no distrito de Açú da Torre, no litoral do município de Mata de São João, a Praia do Forte fica a 80 km do centro de Salvador, ao Norte da capital. Com 12 km de praias, possui muitas belezas naturais, áreas de preservação de Mata Atlântica e patrimônio arquitetônico de grande importância para história do Brasil. Tem como

seus limites o Rio Pojuca ao Sul e a Vila de Imbassaí ao Norte. Do lado Oeste está a vila de Açuzinho e ao leste o Oceano Atlântico. O acesso para o território da Praia do Forte é feito pela rodovia BA – 099, a Estrada do Coco.

Segundo o IBGE (2010), a vila da Praia do Forte conta com uma população de 1.416 habitantes e, para a Prefeitura de Mata de São João, em levantamento feito para esta pesquisa em janeiro de 2018, são 2.472 habitantes, não sendo considerada a população flutuante de turistas e veranistas, e sim, as 1.941 pessoas votantes da Praia do Forte, contabilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na eleição de 2016 e com 531 alunos matriculados em 2017 nas duas escolas municipais de ensino fundamental I e II presentes na vila, como pode ser verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem de eleitores e alunos no total da população da Praia do Forte



Fonte: Dados da Prefeitura de Mata de São João. Elaborado pela autora desta dissertação (2018).

Os moradores tradicionais ou nativos são descendentes dos primeiros habitantes que se instalaram naquele local que, provavelmente, eram trabalhadores do Castelo de Garcia D'Ávila, escravos de fazendas da região do Litoral Norte da Bahia ou indígenas. Todavia, parte da população que reside na Praia do Forte não é nativa, pois muitas pessoas migraram para aquele local, primeiramente para passar as férias de verão, pelas belezas naturais, pela tranquilidade e, posteriormente com as intervenções urbanas feitas na vila, mudaram-se para lá, também, pela oportunidade de empreender, por ofertas de emprego no comércio ou em hotéis e *resorts*. Esse fato se deu, especialmente após a compra da Fazenda da Praia do Forte por Klaus Peters em 1970. Conforme Mattedi (2001, p. 111) com a aprovação do loteamento

Praia do Forte em 1979, a área foi parcelada em lotes residenciais, áreas verdes, arruamentos e áreas destinadas ao turismo.

Com o fortalecimento do turismo, especialmente no final da década de 1980, iniciou-se a urbanização da Praia do Forte e o processo de ocupação da vila foi “desordenado e grande parte dos antigos moradores se mudou para o povoado de Sapiroanga e para Vila de Açú da Torre, a oeste da Linha Verde.” (FARIA, 2013, p. 2002). Para a autora, esse processo deu pelas relações assimétricas e desiguais de poder, com o turismo direcionado para um público de elite, apesar de não ter suprimido o turismo voltado para a classe intermediária da sociedade.

A busca por restaurantes, hotéis e pousadas de alto padrão juntamente com o estabelecimento dos condomínios residenciais, afugentou alguns desses moradores tradicionais pelo elevado padrão de vida que se estabeleceu na vila e da especulação imobiliária que vinha crescendo. Apesar de muitos nativos ainda permanecerem na vila, na atualidade, alguns deles se adaptaram à nova realidade e outros buscam conviver com as alterações significativas em sua estrutura espacial, social e econômica.

Percebe-se que já existe uma ocupação acentuada na contra costa, que seria o lado Oeste da Linha Verde (BA-099), por conta dessa população que deixou a Praia do Forte para se estabelecer em Açuzinho (Figura 40) e em outros locais como Açú da Torre ou Malhadas, por exemplo, ou então foram pessoas que vieram de outros locais e fixaram-se no lado Oeste, pelo custo de vida, para trabalhar na Praia do Forte.

Figura 40 – Ocupação de Praia do Forte (lado leste) e ocupação de Açuzinho (lado oeste)



Fonte: Google Maps (2018). Adaptado pela autora desta dissertação (2018).

É importante evidenciar que a maior parte dessa área ainda não foi ocupada por fazer parte da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA/LN. Portanto, a paisagem predominante ainda é natural, porém cada vez mais vem se transformando pela busca por habitação na contra costa e pela construção de empreendimentos residenciais e hoteleiros, no lado Leste.

Outro fato que impulsionou o veraneio, especialmente de Salvador e localidades próximas para a Praia do Forte, foi a inclusão do município de Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador – RMS. Conforme Faria (2013), foi através da Lei Complementar Estadual nº 30/2008 que houve a inclusão deste município e de São Sebastião do Passé na Região. Ainda para a autora, em 2009, também foi incluído o município de Pojuca, conferindo à RMS sua composição atual (Figura 41).

Figura 41 – Mapa da Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Silva, Silva e Silva (2015).

Em um estudo realizado pela Fundação Garcia D'Ávila em 1995, o Plano de Ação para Reserva Sapiranga e Fazenda Praia do Forte, que aborda as características ambientais do local, afirma que as temperaturas médias anuais no local são de 25 a 27° C e os meses mais frios, normalmente julho e agosto, essas temperaturas médias ficam acima dos 18° C. Esse documento aponta que a pluviosidade se concentra em torno dos 2000 mm anuais e os solos são considerados com boa permeabilidade e porosidade.

Uma das maiores características ambientais da Praia do Forte é a presença da Mata Atlântica. Para Faria (2013), esses atributos naturais foram usados como atrativos para o ecoturismo e aponta que no litoral de Mata de São João,

diversos rios e riachos deságuam no mar, entre um vasto cordão de dunas brancas. A ampla variedade de ambientes abrange desde remanescentes de Mata Atlântica, restingas, coqueirais, brejos, lagoas até manguezais e recifes de coral, que além de abrigar um leque diversificado de espécies vegetais e animais, constituem nichos reprodutivos para diferentes espécies de animais (tartarugas, golfinhos e baleias). (FARIA, 2013, p. 195).

Na Praia do Forte existem 5 praias (Figura 42) que fazem parte dos atrativos turísticos.

Figura 42 – As 5 praias da Praia do Forte (da esquerda para direita): Praia do Porto de Baixo (Tivoli), Praia do Portinho, Piscinas do Lord ou Praia do Lord, Praia do Papa Gente e Praia da Casinha



Fonte: Adaptado pela autora desta dissertação (2018), do site <http://blogdapraia doforte.com.br/praiado-lord-papa-gente-e-casinha-praiado-forte-bahia>.

A Praia do Porto de Baixo é a praia que fica em frente ao Tivoli Eco Resort; a Praia de Cima ou do Portinho, que é uma das praias mais movimentadas, por ficar em frente à Praça São Francisco, na vila, e ser próxima de bares e restaurantes; A praia do Lord e a Praia do Papa Gente também têm uma grande circulação de pessoas por conta das piscinas naturais que se formam na maré baixa, e a praia da Casinha que é a mais afastada da vila.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS E ATIVIDADES TRADICIONAIS

As atividades tradicionais e as manifestações culturais da vila da Praia do Forte são tidas como um atrativo para o turismo, apesar de serem constantemente ameaçadas pela inserção dos modos de vida capitalista. Dentre essas manifestações, pode-se encontrar o samba de roda, a capoeira, o carnaval com os caretas e bloquinhos, quadrilhas juninas e festas religiosas. Entre as atividades tradicionais, que também ocorrem em outras localidades do Litoral Norte, está a pesca, o artesanato de piaçava, o cultivo da mandioca para venda de farinha e da tapioca, venda de

cocadas e de outras comidas típicas baianas. Alguns desses afazeres e manifestações culturais podem ser observadas nas figuras 43, 44 e 45.

Figura 43 – Capoeira praticada na Praça São Francisco, na vila da Praia do Forte



Fonte: <https://guiadapraiadoforte.weebly.com/cultura.html>

Figura 44 e 45 respectivamente – Samba de roda e elaboração da farinha de mandioca



Fonte: Faria (2013).

Conforme Silva et. al. (2017), a cultura local contribui para a manutenção da identidade coletiva mesmo com os impactos no modo de vida da antiga vila de pescadores que, ao longo dos últimos 40 anos, passou a se descaracterizar em relação ao modo de vida tradicional daquela comunidade. As autoras apontam (2017, p. 13) que com a “adaptação de alguns costumes, valores e tradições, extinção de tantos outros bem como a adoção de novas formas de viver” essas expressões culturais ainda resistem no território mesmo que em micro ações e em micro territórios.

Existem outros elementos do universo cultural dos moradores tradicionais que de alguma forma ainda permanecem ativos como os jogos de dominó (Figura 46).

Outras manifestações culturais como o samba de roda e quadrilhas juninas já não são frequentes. Como pontua Silva et. al. (2017, p. 12) “embora alguns sujeitos ou grupo de sujeitos continuem a orientar suas vidas pelas tradições locais repelindo os padrões capitalistas, os modelos de inclusão disseminam a adoção de modos de vida urbana contemporânea, respaldados no consumo de bens, serviços, ideias, valores ou comportamentos”.

Figura 46 – Quiosque “Academia do Dominó” um dos locais onde se joga dominó na vila



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

A Praia do Forte ainda conta com uma série de eventos que acontecem durante todo o ano, como *shows*, competições esportivas e semanas gastronômicas organizadas por instituições atreladas ao comércio e turismo, voltadas para o público externo, visando atrair movimentação para o setor hoteleiro, especialmente na época de baixa estação. O carnaval da Praia do Forte é uma das maiores atrações existentes na vila, com a saída de pequenos blocos carnavalescos como o Bloco das Mortalhas (Figuras 47 e 48), mas são os Caretas (Figuras 49 e 50), com suas máscaras e vestes pretas com galhos, uma tradição que veio do tempo dos escravos¹⁰ que fazem do carnaval uma verdadeira folia.

¹⁰ Segundo o site oficial da Praia do Forte.

Figura 47 (acima) e 48 (abaixo) respectivamente – Bloco das Mortalhas na Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

Figuras 49 (acima) e 50 (abaixo) respectivamente – Os caretas no Carnaval da vila



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

As manifestações culturais no carnaval dos nativos é uma das expressões que foram mantidas, pois acabou sendo incorporada ao “calendário oficial” da Praia do Forte, pela sua eficiência em entreter os turistas tornando-se um atrativo a mais para o local. Para Silva, Faria e Mello (2013, p. 18) “são esses corpos de indivíduos coletivos, em sua máxima manifestação e expressão ritual, que compõem o imaginário da Praia do Forte, alterando e modificando a paisagem do lugar, criando novas territorialidades, mesmo que efêmeras”.

Desta forma, observa-se que essas manifestações culturais, como é o caso do Carnaval do morador tradicional, acabou sendo folclorizada e apropriada pelo empresariado para dar ares de legitimidade à Praia do Forte. O que poderia ter sido feito por parte do setor privado, ao invés desse tipo de apropriação, era um projeto que contemplasse a criatividade e a cultura dos nativos, através de um centro

cultural ou um museu de gestão compartilhada, onde eles pudessem contar sua história, criar suas fantasias carnavalescas e organizar eventos diversos e festas que fazem parte das suas raízes.

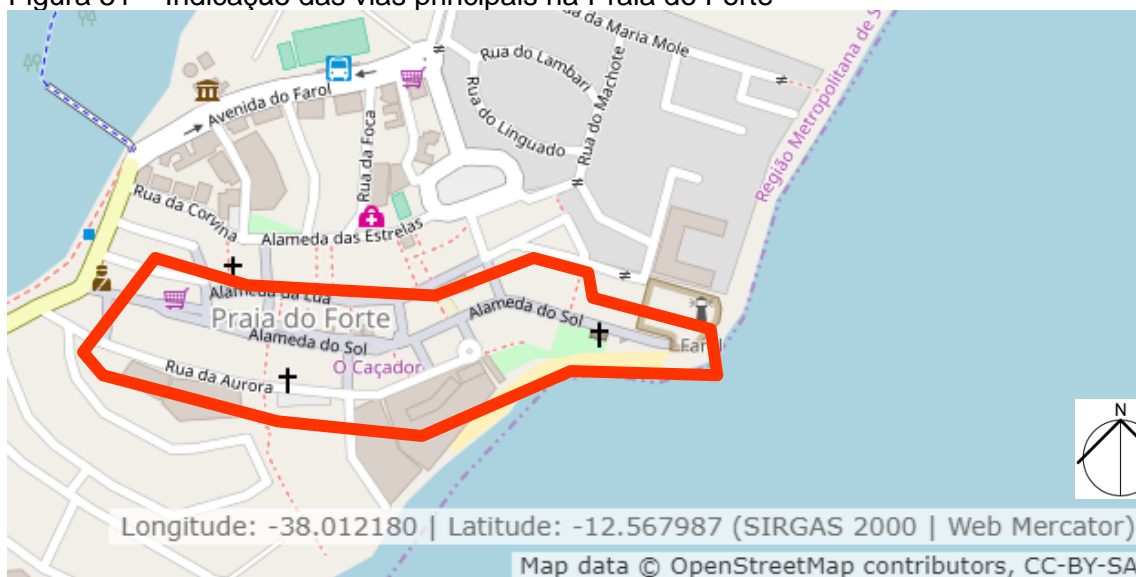
4.3 ECONOMIA LOCAL, PROJETOS AMBIENTAIS E ASSOCIAÇÕES NA PRAIA DO FORTE

A economia da Praia do Forte é baseada no turismo. O comércio e os serviços disponíveis na Vila dão suporte a essa atividade através das lojas de artesanato, sorveterias, bares e restaurantes além dos *resorts*, hotéis, albergues e pousadas. Tudo o que é pensado pelos setores público e privado, incluindo intervenções e eventos, são para enaltecer a atividade turística realizada naquele território.

As atividades tradicionais que ainda se mantêm por conta dos nativos, são importantes somente para os moradores da vila, não mais se configurando como o elemento fundamental para a economia da Praia do Forte e sim, para dar ares de legitimidade e divulgar o destino nos roteiros turísticos. Essas atividades como a pesca, o artesanato, a venda de coco, a produção de farinha de mandioca e da tapioca auxiliam no sustento de algumas famílias que foram impactadas negativamente pelas ações dos poderes hegemônicos.

Na vila da Praia do Forte existem três vias principais: a Alameda do Sol, Alameda da Lua e Rua da Aurora (Figura 51). Dentre elas, a mais movimentada é a Alameda do Sol que foi rebatizada após a intervenção urbanística da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER como Avenida Antônio Carlos Magalhães.

Figura 51 – Indicação das vias principais na Praia do Forte



Fonte: Adaptado pela autora desta dissertação, do Geopolis Visualizador - Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia – INFORMS, CONDER (2017).

A Alameda do Sol tem início na Praça São Francisco (Figura 52), onde fica a igreja de São Francisco, erguida pelos próprios moradores no final do século XIX, e termina no limite com a Avenida do Farol, que faz o acesso entre BA-099 e a Praia do Forte. Possui a maior concentração de restaurantes, bares e de lojas (Figuras 52, 53, 54 e 55) voltadas para um público de alto padrão e é conhecida, especialmente pelos nativos, como um “*shopping à céu aberto*”.

Figuras 52 e 53 respectivamente – Praça São Francisco e Galeria comercial na Alameda do Sol



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

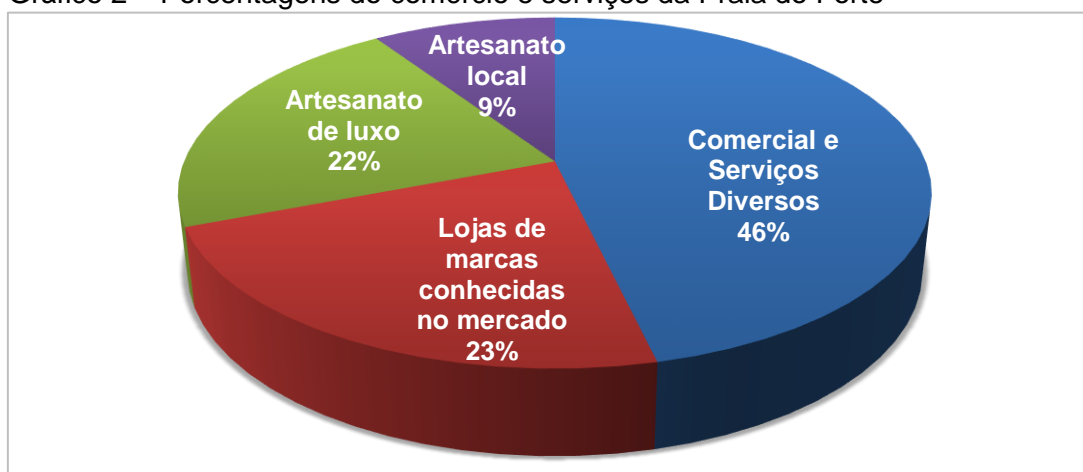
Figuras 54 e 55 respectivamente – Lojas diversas na Alameda do Sol



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

De acordo com um levantamento feito *in loco* por Mello, Saback e Sousa (2017), foram detectados 220 pontos de vendas de produtos tangíveis e intangíveis na vila da Praia do Forte. Para as autoras, a oferta de serviços, que varia desde a hospedagem em hotéis internacionais à simples operações bancárias em caixas eletrônicos, ocupa 114 estabelecimentos e os demais 106 pontos comerciais de vendas se dividem em 30 lojas que oferecem produtos modais industrializados de famosas marcas nacionais e internacionais, 53 estabelecimentos ofertam produtos artesanais de luxo enquanto apenas 23 lojas comercializam produtos artesanais locais. Tais informações podem ser visualizadas no gráfico 2.

Gráfico 2 – Porcentagens do comércio e serviços da Praia do Forte



Fonte: Dados de Mello, Saback e Sousa (2017). Elaborado pela autora.

Conforme dados aferidos por Sousa (2017), apresentados no Quadro 02, na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) concentram-se 76 unidades

comerciais, sendo 33 de empreendedores ou empresas externos à Praia do Forte, ou seja, que não são originalmente daquele local, 23 lojas pertencem a empreendedores ou a empresas locais e 20 pontos comerciais são voltados para artesanato. Já em relação ao uso de serviços, estão presentes na vila 55 unidades, sendo que 13 são referentes a marcas ou redes exógenas e 42 unidades são de pessoas da vila. No quesito residência, são 21 unidades de casas, sendo todas dos nativos, e quatro villages.

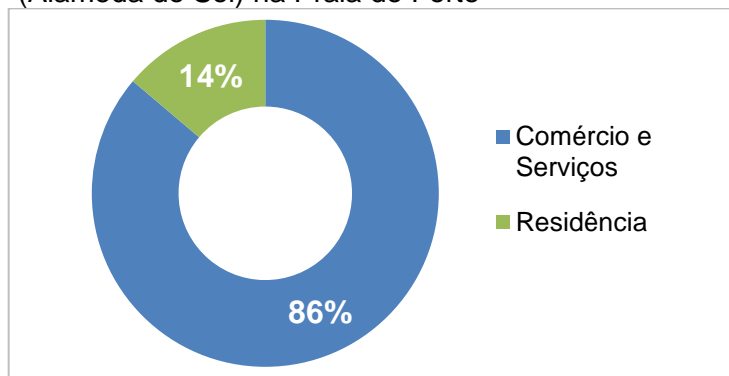
Quadro 2 – Usos na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte

OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS NA AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (AVENIDA DO SOL)							
	COMERCIAL			SERVIÇOS		RESIDENCIAL	
	ROUPAS, ACESSÓRIOS E DESIGN.			HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E IMOBILIÁRIAS.		CASAS, VILLAGES OU CONDOMÍNIOS.	
	Empresas externas	Empresas locais	Artesanato	Empresas externas	Empresas locais	Casas (nativos)	Villages (veranistas)
	33	23	20	13	42	17	4
SUBTOTAL	76			55		21	
TOTAL	152						

Fonte: Adaptado de Sousa (2017).

Pode-se então observar que de um universo de 152 imóveis contabilizados na Avenida Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte, a maioria, ou seja, 86% dos usos estão relacionados ao comércio e serviços, enquanto que somente 14% são de residências, como pode ser verificado no gráfico 03. Desta forma, esta Avenida é verdadeiramente um *shopping*, pois aos poucos foi cedendo o lugar que originalmente eram de habitações dos moradores nativos para outros tipos de ocupações, fato que será abordado mais adiante.

Gráfico 3 – Predominância de usos na Av. Antônio Carlos Magalhães (Alameda do Sol) na Praia do Forte



Fonte: Dados de Souza (2017). Elaborado pela autora.

A Alameda da Lua (Figuras 56 e 57), como uma das principais vias da vila, já se apresenta de uma forma diferente da Alameda do Sol. É uma via mais tranquila e voltada para o cotidiano dos nativos, com poucas casas comerciais, que são normalmente empreendimentos do local, e com pequenas vendas na frente das casas.

Figura 56 e 57 respectivamente – Entrega de mercadorias na Alameda da Lua e animais que são facilmente encontrados neste local



Fonte: Acervo da autora (2017).

Já a Rua da Aurora (Figura 58), outra rua de destaque, dá acesso direto à praia como também a algumas pousadas e aos condomínios residenciais Enseada Praia do Forte, Solar dos Arcos, Solar Garcia D'Ávila e Solar do Forte. Assim como na Alameda da Lua, existem pequenos comércios e alguns os nativos comercializam, informalmente, água, gelo, peixes, lanches e doces em frente às suas casas para incrementar a renda familiar.

Figura 58 - Comércio informal na Rua da Aurora



Fonte: Acervo da autora (2017).

São nessas vias mais tranquilas, paralelas à Alameda do Sol acontece a vida cotidiana mais desvinculada do cenário espetacularizado, ou seja, com a presença de “pequenos comércios e vendas locais, através de uma ambiência conformada por construções mais simples, muito diferente dos padrões recorrentes das novas pousadas, *villages* e condomínios residenciais de luxo que emergem em uma velocidade assustadora”. (SILVA et al. 2017, p. 9).

A supervalorização imobiliária na Praia do Forte, de acordo com Silva et. al. (2017), aconteceu de uma forma surpreendentemente rápida e fez com que alguns dos antigos moradores cedessem aos imperativos capitalistas ao locarem parte das suas residências como uma fonte de renda alternativa. Para as autoras é perceptível a tipologia característica dessas residências, embora parte delas tenha sido adaptada para o comércio de alto padrão (Figura 59) e com isso, atualmente na Vila, convivem no mesmo imóvel, o comércio elitista de marcas nacionais ou internacionais e o comércio informal.

Figura 59 – Mesmo imóvel com usos diferentes: comercial (lojas) e residencial (portão azul)



Fonte: Acervo da autora (2018).

Para Silva, Faria e Mello (2013), face a uma vertente econômica agressiva, alguns moradores criaram uma tática de resistência interessante (Figuras 60, 61 e 62): alugam parte da frente da casa para comércio e moram nos fundos do imóvel ou alugam a metade da testada do edifício e continuam morando na outra. “Esse processo tem uma singularidade própria, pois é possível perceber essa coexistência de multifuncionalidade de usos e ocupações mistas”. (SILVA; FARIA; MELLO, 2013, p. 17). É perceptível, conforme as autoras, que os inquilinos desses pontos comerciais não reformam a testada por inteiro e isso gera uma leitura temporal muito clara entre uma arquitetura vernacular a uma arquitetura produzida para atender a demanda comercial.

Figuras 60 (acima) e 61 (abaixo), respectivamente. Residência no pavimento superior e comércio no térreo da edificação e casa com fração da testada alugada



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

Figura 62 - Casa nos fundos de loja



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2017).

A comercialização do artesanato confeccionado pelos nativos como bordados, pinturas e objetos de palha, foi retirada das vias principais da vila para um espaço

reservado para a atividade. Inaugurado em dezembro de 2015, pela Prefeitura de Mata de São João, o Centro de Artesanato de Praia do Forte (Figura 63), tem por objetivo ser um local agradável para o turista fazer suas compras e dedicado exclusivamente a esses artesãos. Esse espaço, localizado na Rua dos Bem-vindos, conta com 54 boxes onde os artesãos contemplados expõem seus produtos. Todavia, somente 40% deles comercializam produtos artesanais de fabricação própria. Os outros 60% compram em fornecedores ou importam esses produtos.

Figura 63 – Centro de Artesanato na Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2018).

Segundo informações obtidas na Associação de Artesãos, representada pelo Centro de Artesanato, foi através de uma audiência pública que os artesãos se organizaram e solicitaram à Prefeitura de Mata de São João, a criação de um espaço para dar visibilidade aos produtos e proporcionar maior comodidade e uma melhor estrutura para eles, conforme é valorizado no folder publicitário na figura 64, já que anteriormente não tinham disponível uma infraestrutura adequada para esse tipo de comércio.

Figura 64 – Folder distribuído no balcão de informações ao turista da Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2017).

Para Mello, Saback e Sousa (2017) o comércio atualmente instalado na vila oferece uma vasta gama de produtos artesanais, entretanto, a maior parte se distancia da cultura local. As autoras afirmam entre os produtos artesanais e industrializados ali comercializados, 75% das ofertas têm as mais diversas origens (como Ásia, Europa e Estados Unidos da América), que por vezes vão de encontro aos modos de conviver com aquele lugar, negando as origens do povo nativo, e, ao mesmo tempo inibindo-lhes o acesso a essa possível fonte de renda, afinal “a produção do artesanato local é muito limitada, funcionando em pequenos espaços colaborativos improvisados, sem o apoio de órgãos oficiais”. (MELLO; SABACK; SOUSA, 2017, p. 9)

Porém, a implantação deste Centro de Artesanato afastou esses comerciantes do contato direto com veranistas e turistas o que, segundo informações colhidas pela autora, dificultou a venda desse tipo de mercadoria e os deixou “escondidos”, pois os turistas que visitam a Praia do Forte, muitas vezes não vão ao Centro de Artesanato, concentrando-se apenas na Alameda do Sol e na Praça São Francisco.

Apesar da existência desse espaço físico dedicado exclusivamente ao artesanato, ele é limitado e não pode atender a todos os artesãos da Praia do Forte e do litoral de Mata de São João, que são por volta de 500 pessoas e fazem parte da Associação de Artesãos, representada pelo Centro de Artesanato.

O Centro de Artesanato está implantado na Praia do Forte tanto para os trabalhos que comercializam artesanato quanto para atender a demanda do público atraído pelo turismo, o que favorece também a outras empresas e prestadores de serviços. Todavia, os artesãos reclamam, exatamente, da falta de turistas, especialmente os estrangeiros, responsáveis pela maior parcela de consumo dos seus produtos. Uma parte dos artesãos da Associação foi contra a construção do Centro de Artesanato como está instalado atualmente, por não concordarem com a sua localização e com o espaço disponibilizado. Portanto, os que não se conformaram e/ou não tiveram um box disponível no Centro de Artesanato, continuam a vender suas mercadorias na principal via da vila (Figura 65) com autorização da Prefeitura de Mata de São João.

Figura 65 – Comércio de artesanato na Praça São Francisco



Fonte: Acervo da autora (2017).

A princípio o Centro de Artesanato não se configurou como um elemento criado para compor o marketing turístico e sim, para atender uma solicitação dos artesãos. Todavia, nota-se que na atualidade, a figura do Centro de Artesanato é utilizada como estratégia de publicidade para a Praia do Forte e sustenta uma desigualdade no local, quando nem todos os artesãos são beneficiados e ainda concorrem com produtos industrializados provenientes de outros locais do Brasil e do mundo.

Para fazer a articulação dos moradores da vila com as demais instituições presentes na Praia do Forte e com objetivo de fazer melhorias para a comunidade, existe a

Associação São Francisco de Assis de Pescadores e Moradores da Praia do Forte (Figura 66), criada em 11 de novembro de 1972. O seu espaço físico é disponibilizado para a realização de diversos eventos e festas dos nativos. Apesar de no seu nome constar a palavra pescadores, é mais uma homenagem da Associação de Moradores do que ações que são realizadas por eles em prol desses trabalhadores.

A Colônia de Pescadores (Figuras 66 e 67) é a responsável por reivindicar e proteger os direitos dos pescadores do litoral matense e, atualmente, conta com 280 associados. Cerca de 60% desse total corresponde a pescadores que estão trabalhando e os demais 40% estão aposentados ou afastados, de acordo com informações obtidas do local.

Figura 66 e 67 respectivamente – Associação de Moradores e a Colônia e peixaria dos Pescadores



Fonte: Acervo da autora (2017).

Essas duas Associações atuam timidamente na vila, especialmente a Colônia de Pescadores, onde o pescador praticamente não se insere na paisagem cotidiana da vila da Praia do Forte e, raramente, se encontra peixe à venda na peixaria, que também fica localizada na sede da Colônia. Normalmente, esse pescado é vendido imediatamente quando os pescadores chegam do mar, para alguns restaurantes da vila e para pessoas das localidades vizinhas, ou para consumo próprio (Figuras 68 e 69). Os hotéis e resorts não fazem parte dessa clientela da Colônia, pois estabelecem vínculo comercial de peixes e frutos do mar com fornecedores externos.

Figuras 68 e 69, respectivamente – Chegada do pescado à Colônia e os pescadores indo para casa



Fonte: Acervo da autora (2018).

Todavia, as pessoas que vieram de fora desse contexto, especialmente veranistas e empresários, não compreendem o porquê dos pescadores ficarem sem trabalhar o dia inteiro, por uma questão inclusive, cultural. Muitos deles passam dias no mar e quando retornam, preferem ficar em casa ou sem exercer outra profissão. Existe uma certa imposição de tentar trazer para uma lógica sistematizada, comportamentos que não são típicos das comunidades pesqueiras, que normalmente levam a vida através dos elementos da natureza, guiados por um tempo e espaço que não é compatível com o mundo estruturado pelo capitalismo.

A pesca deixou de ser a principal atividade econômica da Praia do Forte e hoje é realizada de uma forma quase imperceptível, mais por um aspecto cultural e para um ganho econômico relativamente baixo para as poucas famílias que ainda sobrevivem exclusivamente da atividade. Os pescadores atualmente exercem sua atividade de forma autônoma ou em parceria com a Colônia de Pescadores. Os autônomos pescam de uma forma mais rudimentar, com pequenas embarcações sem motor e com redes de pesca, sem muita distancia da praia onde há pouca variedade de pescado. Já os pescadores membros da Colônia, tem acesso a barcos motorizados e podem percorrer maiores distancias em alto mar, onde também há uma maior diversidade de peixes como o vermelho e a barracuda, além de outras espécies de frutos do mar, como lagosta e arraia.

A juventude da Praia do Forte não se envolve com a atividade da pesca como as gerações anteriores. Com a melhora da educação no local, atualmente se consegue terminar o ensino fundamental na vila, podendo fazer o ensino médio em localidades vizinhas, o que auxilia esses jovens a adentrar no mercado de trabalho e a trabalhar para os empresários locais ou forasteiros. Conforme Santos (2013) não há reprodução social dos filhos dos pescadores artesanais, visto que a maioria destes não deseja mais seguir a profissão dos pais e, portanto, passaram a trabalhar como assalariados, especialmente em relação às mudanças culturais ocorridas pela inserção de novos valores (Figuras 70 e 71).

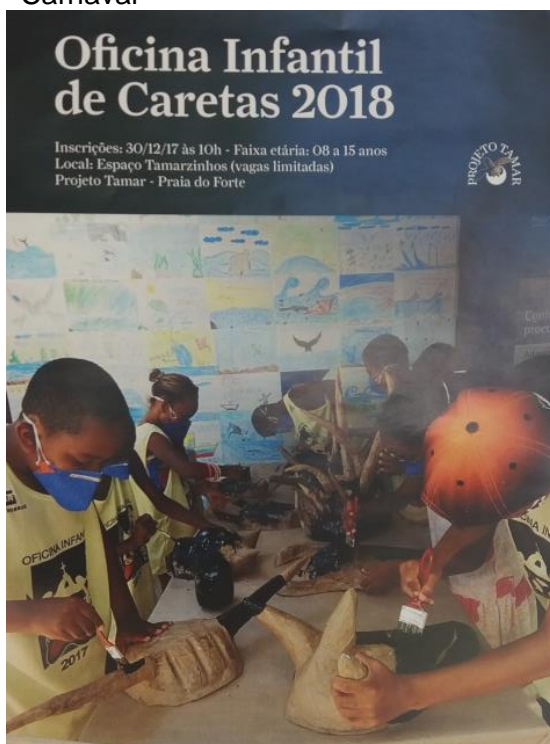
Figura 70 e 71 respectivamente – Pescador autônomo elaborando sua rede e adolescentes mexendo nos seus *smartphones*



Fonte: Acervo da autora (2017).

Nota-se uma ausência de projetos sociais ou educativos, no sentido de incluir a juventude nas questões que remetem a cultura tradicional da vila, que ficam restritos a oficinas que são feitas esporadicamente por instituições como o Projeto Tamar (Figura 72), quando se aproxima alguma data comemorativa como o Carnaval, por exemplo. Sendo assim, esses jovens ficam cada vez mais distantes dessas raízes e não reproduzem essas atividades.

Figura 72 – Cartaz sobre oficina para confecção de fantasia de Carnaval



Fonte: Acervo da autora (2018).

Percebe-se uma fragmentação oportuna para o capital. Entre as lideranças da vila, especialmente quando se trata das Associações de Moradores, de Pescadores e de Artesãos, para entender e re-significar o território onde habitam, em torná-lo um espaço de disputa e/ou de resistência, já que muitos dos nativos não se sentem inseridos no atual contexto da Praia do Forte rodeados por “*mega-resorts* hoteleiros e condomínios residenciais voltados para atender a demanda de um mercado global” (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 9). A fragilização nos laços entre essas lideranças favorece a uma minoria elitizada que coordena as mais diversas atividades e intervenções urbanas no local, através de uma perspectiva similar a de Klaus Peters, associadas a marcas e grandes empresas que constroem um cenário favorável para o turismo na Praia do Forte.

Outra liderança identificada nesta pesquisa é a associação responsável pela organização comercial e turística da Praia do Forte, a Turisforte (Figura 73). Foi fundada há 22 anos e é composta por cerca de 100 associados. Essa associação representa os hotéis, pousadas, restaurantes e demais empresários instalados na Praia do Forte. O seu sustento se dá através das mensalidades pagas pelos

associados, que inclui instituições como a Fundação Garcia D'Ávila, Projeto Tamar e Projeto Baleia Jubarte.

Figura 73 – Identidade visual da Turisforte.



Fonte: <http://www.ctnr.ag/wp-content/uploads/2016/10/turisforte-300x212.jpg>

Segundo a Turisforte, a associação faz uma análise dos negócios que irão se estabelecer na Praia do Forte e também patrocina diversos eventos que ocorrem na vila, como os eventos artísticos, gastronômicos, campeonatos esportivos, dentre outros. De acordo com informações coletadas nesta Associação, na Praia do Forte encontram-se visitantes de todo o Brasil, especialmente vindos de Salvador, Aracaju, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília. Há também muitos visitantes estrangeiros, como os turistas argentinos que vem com mais frequência, e houve um crescimento da visita de grupos de idosos de diferentes nacionalidades.

Todavia, os grupos familiares se destacam como os que mais visitam a Praia do Forte. Na visão da Turisforte, o público que costumava a ser estritamente composto de elite, passou “a se diluir” e hoje há uma diversificação nos turistas em termos de renda, especialmente com os aplicativos de aluguéis de imóveis e quartos, bem como, com o surgimento de *hostels* no local.

Vale realçar, que diferente das Associações citadas anteriormente, a Turisforte se articula com o poder público e com empresários, podendo inserir-se de uma forma mais organizada na Praia do Forte, o que representa uma força mais estável e preparada para realizar diversas intervenções, sejam elas efêmeras ou não. Sua relação com as demais lideranças estabelecidas na vila de pescadores é cordial, porém, nota-se que a Turisforte se sobrepõe a elas pela sua proximidade com outros órgãos e empresas que patrocinam o turismo e eventos no local, já que busca atendê-los com mais precisão.

Outro órgão importante na Praia do Forte é a Fundação Garcia D'Ávila (Figura 74), que foi fundada em 1981 por Klaus Peters para servir como um agente fiscalizador

na Praia do Forte, e que atualmente realiza projetos sociais e resguarda o patrimônio arquitetônico do Castelo de Garcia D'Ávila. Segundo a Fundação, hoje ela é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP responsável por intervenções nos setores educacional, ambiental, histórico-cultural e social para proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população da Praia do Forte desde 2005.

Figura 74 – Identidade visual da Fundação Garcia D'Ávila.



Fonte: <http://adrianopaivapraiadoforte.blogspot.com.br>

A Fundação Garcia D'Ávila também desenvolve trabalhos em parceria com o Projeto Tamar e o Instituto Baleia Jubarte ambos comentados adiante. Uma das reservas ecológicas que a instituição apoia é a Reserva da Sapiranga (Figura 75) que conta com 600 hectares de Mata Atlântica, uma das maiores reservas no território da Praia do Forte, através de projetos de educação ambiental com turistas, estudantes e demais visitantes que desejam conhecer a Sapiranga.

Figura 75 – Entrada da Reserva Sapiroanga



Fonte: <http://vanezacomz.blogspot.com.br/2014/10/reserva-sapiroanga-ecoturismo-na-bahia.html>

A Instituição, que guarda um dos mais importantes monumentos do país, a Casa da Torre, tombada desde 1937 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, conta com o apoio financeiro de empresas privadas para a manutenção das suas atividades e com as taxas de acesso e realização de eventos no Parque Histórico Garcia D'Ávila, como casamentos, que tem sido o tipo de evento mais frequentes no Castelo. É uma situação problemática, essa questão da apropriação do patrimônio para fins privados, tendo em vista que o Castelo é um patrimônio nacional, tombado cujo acesso é limitado para aqueles que não tem condições de pagar a taxa de visitação.

Segundo o Ministério do Turismo, o Projeto Tamar da Praia do Forte recebe 600 mil turistas por ano. Além da conservação e pesquisa, o projeto promove a educação ambiental nos ecossistemas marinho e costeiro e o desenvolvimento sustentável comunitário. O Projeto Tamar (Figuras 76 e 77) foi uma das primeiras instituições que se estabeleceram na vila de pescadores, em 1982. Conforme Spinola (1996) o projeto contribuiu com o aumento do fluxo de turistas para o local, o que também favoreceu a proposta do turismo ecológico de Klaus Peters.

Figura 76 – Identidade visual do Projeto Tamar



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/aryfalcao/2634157189/in/photostream/lightbox>

Figura 77 – Centro de visitação às tartarugas marinhas do Projeto Tamar na Praia do Forte



Fonte: <http://praiadoforte.org.br/atrativos-turisticos/projeto-tamar>

O Instituto Baleia Jubarte (Figura 78), organização não governamental e sem fins lucrativos, foi criado¹¹ em 1988 para proteger a baleia, da espécie jubarte, na região do Banco dos Abrolhos, no sul do Estado da Bahia e, posteriormente as atividades socioeducativas e de educação ambiental também passaram a ser feitas na segunda base do projeto, na Praia do Forte (Figura 79). O Projeto faz parte da Rede Biomar que reúne os principais projetos de conservação marinha patrocinados pela Petrobras.

¹¹ De acordo com informações disponíveis no seu site oficial

Figura 78 – Identidade visual do Instituto Baleia Jubarte



Fonte: <http://wwwmergulhoradical.blogspot.com.br>

Figura 79 – Estudantes em visita guiada no Projeto



Fonte: <http://praiadoforte.org.br/atrativos-turisticos/instituto-baleia-jubarte>

O Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte conhecido por Parque Klaus Peters (Figuras 80 e 81), apesar de não ser uma das instituições que fazem parte da organização local é um dos atrativos turísticos relativamente novos da Praia do Forte criado através da Lei Municipal nº. 367, de 12 de Setembro de 2008.

Figura 80 – Identidade visual do Parque Klaus Peters



Fonte: <http://adrianopaivapraiadoforte.blogspot.com.br>

Figura 81 – Homenagem a Klaus Peters na trilha do Parque.



Fonte: Acervo da autora (2017).

É a primeira Unidade de Conservação do Município de Mata de São João com 264, 94 hectares e segundo publicação do Ministério Público do Estado da Bahia, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, turismo ecológico, recreação em contato com a natureza e pode ser considerada a espinha dorsal de um sistema de áreas protegidas, como parte de um Corredor Ecológico no Litoral Norte da Bahia.

4.4 INFRAESTRUTURA

Sistema viário da Praia do Forte é relativamente simples, especialmente pela parte da vila não possuir muitas vias para automóveis, pois a maioria delas são para os pedestres. O trajeto dos 3 km que separam a vila da Estrada do Coco é feito pela Avenida do Farol. Essa avenida se conecta a Rua dos Dourados, Rua do Peixe Espada, Rua da Foca, Rua do Gordilho, Rua dos Benvidos, Alamedas das Estrelas e Rua da Corvina onde o acesso pode ser feito com carros e outros veículos. A Praça dos Artistas é um dos poucos locais dentro da Vila onde se tem acesso de carro para as pousadas. Tais ruas e alamedas constam na figura 82.

Figura 83 – Bici táxi



Fonte: Acervo da autora (2017).

De acordo com Santos (2006, p. 157), o projeto de urbanização contido nos planos do PRODETUR-BA, “contemplava investimentos nas áreas de saneamento, energia, transporte, patrimônio histórico, meio ambiente e desenvolvimento urbano”. O projeto de intervenção urbanística foi elaborado pela CONDER em 1988 sendo executado pelo Governo do Estado da Bahia, através da reparação da infraestrutura do local, da pavimentação e do tratamento paisagístico nas principais vias da vila, demarcando claramente um eixo central marcado pela renovação urbana como uma passarela para os turistas. Atualmente, os serviços de manutenção de limpeza urbana (Figura 84) e dos serviços de energia, água e esgoto (Figura 85) são disponibilizados pela Prefeitura de Mata de São João.

Figura 84 – Coleta de lixo na Vila da Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 85 – Funcionário da Prefeitura desentupindo sumidouro na Alameda do Sol



Fonte: Acervo da autora (2017).

Na Praia do Forte também existe uma boa estrutura em termo de serviços bancários, farmácias, casa lotérica, escritórios de advocacia e clínica odontológica. Ainda pode-se encontrar uma sede dos Correios e um cartório (Figuras 86 e 87).

Figuras 86 e 87 respectivamente – Correios e Cartório da Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2017).

No que tange à educação, na Praia do Forte existem duas escolas de ensino fundamental que são assistidas pela Prefeitura de Mata de São João: A Escola São Francisco (Figura 88) e a Escola Finn Larsen.

Figura 88 – Escola Municipal São Francisco



Fonte: Acervo da autora (2017).

Segundo a Secretaria de Educação do município, a Escola São Francisco atende a crianças da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, num total de 263 alunos matriculados em 2017. Já a Escola Finn Larsen (Figura 89), teve seu funcionamento aprovado pela Prefeitura em julho de 2017 e atende a crianças de 3 a 9 anos, num total de 268 alunos matriculados em 2017, além de contar com o apoio da Petrobrás e com outros recursos financeiros captados pela Fundação Pró-Tamar, que subsidia parcialmente os custos operacionais, segundo a Prefeitura de Mata de São João.

Figura 89 – Escola Finn Larsen



Fonte: <http://matadesaojoao.ba.gov.br/2017/07/07/prefeito-entrega-certificado-a-creche-finn-larsen-em-praia-do-forte>

Na área de saúde, a Praia do Forte conta com um posto de saúde (Figura 90), instalado em 2006, projetado para comportar a demanda do local, sendo considerado um posto de baixa capacidade. Atualmente conta com uma Unidade de Programa Saúde da Família (PSF) com recursos provenientes do Governo Federal e um Pronto Atendimento – PA administrado pela Prefeitura de Mata de São João.

Figura 90 – Posto de saúde da Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2017).

Antes da existência dessa unidade de saúde, segundo relatos verbais, os nativos cuidavam-se a base de chás com o auxílio de rezadeiras que tratavam as pessoas doentes. Atualmente, com hábitos globais de consumo de produtos industrializados, tais costumes foram sendo substituídos pelo uso de medicamentos fazendo com que essa prática fosse extinta. Todavia, em casos mais graves, os pacientes precisam ser transportados para outras unidades de saúde de Mata de São João e a depender do estado de saúde do indivíduo, até para outros municípios como Salvador e Dias D'Ávila.

O posto de saúde da Praia do Forte é um dos mais procurados do Litoral Norte, porém essa demanda não é interessante pelo espaço e estoque de material limitado. Atualmente o posto está com uma parte em obras (Figuras 91 e 92) e irá receber uma unidade exclusiva para as emergências. A estrutura já existente ficará para o PSF. Com isso, de acordo com as expectativas de enfermeiras e agentes de saúde da Praia do Forte, espera-se um aumento no quadro de funcionários para dar um maior suporte a população, especialmente no verão, com maior fluxo de pessoas no local.

Figuras 91 e 92 respectivamente - Ampliação da Unidade Básica de Saúde – UBS da Praia do Forte



Fonte: Acervo da autora (2017).

A segurança pública sempre foi uma preocupação dos empresários em Praia do Forte pelo fato de ser um local turístico (Figura 93). Poucas vezes foram noticiados atos de violência ou delitos na Praia do Forte, mas isso não implica que esses problemas não existam.

Figura 93 – Policiamento na Praia do Forte na época do Carnaval em 2017



Fonte: Acervo da autora desta dissertação.

Segundo o relato de alguns moradores nativos, a Praia não é segura à noite e, existem pontos que mesmo durante o dia são perigosos em relação a furtos de objetos. Atualmente na Praia do Forte existe o Distrito Integrado de Segurança Pública – DISEP (Figura 94). Segundo a edição online do Jornal a Tarde, de 20 de dezembro de 2016, esse Distrito foi inaugurado em dezembro de 2016 e conta com um efetivo de 120 policiais militares e 24 policiais civis.

Figura 94 - Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP)



Fonte: <http://maisregiao.com.br/noticias/25257/www.matadesaojoao.ba.gov.br>

A pequena delegacia que já existia na Vila se tornará uma Central de Monitoramento, um projeto que está sendo feito junto a Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura municipal de Mata de São João. De acordo com o Major Mauro Araújo, da Polícia Militar, esse trabalho consiste em colocar câmeras em pontos estratégicos da Vila para ser mais um auxílio na segurança pública, além do que, as pessoas também terão acesso a essas imagens, bastando solicitar à Central o acesso ao servidor.

Apesar da Polícia Militar demonstrar tranquilidade e afirmar que os números de delitos são extremamente baixos na Praia do Forte, de acordo com informações obtidas de alguns moradores da vila, os casos de violência recentes estão associados a dívidas com traficantes, já que não é incomum encontrar pessoas usando e vendendo drogas no local, inclusive turistas, mesmo que de uma forma velada. Já os casos de furtos, quando acontecem, são feitos normalmente por pessoas que não moram na Praia do Forte e na época de alta estação.

4.5 RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

Todos esses aspectos abordados nos últimos itens, referentes à caracterização espacial, as manifestações culturais, a infraestrutura, economia, aos projetos ambientais, as lideranças sociais, as instituições e associações presentes na vila, de certa forma, se entrelaçam. Pois são eles que constituem o cotidiano da Praia do Forte e, por serem elementos que se cruzam, fica difícil analisá-los separadamente, afinal se apresentam ou atuam em conjunto naquele universo. Alguns deles, todavia,

interagem com certa fragilidade, como é o caso das associações de artesãos, pescadores, moradores da vila e associação comercial.

Pode-se afirmar que atualmente vários tipos de pessoas circulam pela Praia do Forte, vindas de diversas partes do mundo, entre turistas, veranistas e prestadores de serviço. Mas em algum momento eles vão embora e são os nativos que ficam no local, não importando o período do ano. São os moradores da vila que circulam pelos becos e vielas, pelos portões estreitos, usam os espaços públicos, posto de saúde, escolas, mercados e que deixam seus filhos brincarem nas alamedas. Portanto apropriam-se daquele território e constroem constantemente uma relação de pertencimento.

Apesar de alguns nativos não se sentirem parte do atual contexto da vila, principalmente os moradores mais idosos, pelas memórias de um outro tempo, entende-se que, para eles, aconteceram mais rupturas do que permanências a partir da chegada do “progresso”. Mudou a relação com a natureza e com o patrimônio; mudou a forma de transitar pela Praia do Forte por conta da nova configuração espacial; mudou a forma de organização enquanto moradores nativos, artesãos e pescadores; mudou a forma de lidar com os imóveis, através da inserção dos aluguéis e das novas construções verticalizadas; mudou a relação com a saúde, com a presença do posto de pronto atendimento e de saúde da família; mudaram as festas, agora com hora exata pra começar e terminar, dentre tantos outros aspectos que não mais se nota, não mais se percebe, por conta da naturalização dos modos de vida dos forasteiros que foram cada vez mais adentrando e fixando-se nos hábitos e nos valores da população local.

Existem micro resistências na Praia do Forte, mas elas não estão organizadas de uma forma que possam atuar conjuntamente ou com maior representatividade, estão soltas, individualizadas e fragmentadas, como foi identificado em visitas a campo e nas associações já citadas. Essas forças invisíveis emergem como uma resistência cenarizada na vila, como um último suspiro desse tempo que ficou para trás e que representa as raízes da Praia do Forte.

Se os nativos não se organizarem, enquanto comunidade, esses laços com as suas origens ficarão cada vez mais fragilizados. Percebe-se que há um sentimento de subserviência a uma lógica colocada “de cima para baixo”, onde precisam se

encaixar em um determinado modelo de sociedade, através de um consenso ou de uma cooptação pela civilidade ou pela gentiliza que é apontado como um grande sinal de avanço e camufla um processo cooptativo quando não há garantias de autonomia, acesso à informação ou uma identidade coletiva que garanta a legitimidade dos pontos de vista e interesses comuns (SILVA; MACHADO; SIQUEIRA, 2009), que desemboca claramente num projeto de eliminação da esfera política local conforme Vainer (2000).

E o que mais impressiona, é que ao adquirir algumas informações na vila para este estudo, alguns desses moradores têm a consciência de serem subservientes, como se não houvesse visibilidade social para eles. A juventude na faixa dos 18 – 30 anos, já não tem os mesmos interesses que seus pais e avós, não reproduzindo socialmente algumas dessas atividades tradicionais, preferindo trabalhar exclusivamente como funcionários do comércio e do setor de serviços, ao invés de assumirem, também, uma postura de propagadores da cultura e dos costumes da vila. Alguns desses jovens, não trabalham, pois tem uma vida extremamente diferente do que viveram as gerações anteriores, com mais conforto e com uma ampla rede de acesso a informação como a TV e Internet, que modificam ainda mais os modos de viver e a reproduzir uma lógica globalizada que foi sendo inserida na comunidade desde os anos 1970.

Já que os modos de viver foram reconfigurados, essa nova geração vai se reproduzir sem ter a consciência da importância daquele território e das suas manifestações culturais para a originalidade da Praia do Forte. Muitos desses jovens não veem a possibilidade de dar uma continuidade às tradições em razão, também, do sentimento de subserviência trazido pelos seus familiares.

De uma forma geral essa população nativa e seus descendentes tem noção que estão inseridos em um emaranhado de forças que guiam o crescimento econômico e o desenvolvimento da Praia do Forte. Alguns se sentem acolhidos pelas transformações ocorridas, desde a vinda de Klaus Peters, enquanto outros sentem-se deslocados nesse processo de mudanças. A maioria dos entrevistados declarou gostar de morar no local e fazem questão de continuar, pelo ambiente, pelas memórias, pela cultura, pela família, pelos amigos e/ou pelo alto valor do seu ou dos seus imóveis na vila, que tem se configurado como a melhor fonte de renda para

manterem-se no local, como já foi observado, e que, no final das contas, pode ser o fator de expulsão dessas pessoas da Praia do Forte.

4.6 TRANSFORMAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO NA PRAIA DO FORTE

Nesta pesquisa é compreendido que o termo desenvolvimento “deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 37). Apesar de não existir contabilizados os dados necessários para uma comparação entre os anos de 1970 – 2017, como renda e escolaridade da população, por exemplo, que facilitariam a compreensão do desenvolvimento da Praia do Forte, compreendeu-se que houve desenvolvimento no local e que aconteceram melhorias, diante de todas as transformações ocorridas no campo econômico, social e cultural.

Contudo, a partir dessa reflexão surgiu uma segunda questão: desenvolvimento para quem? Em termos de crescimento econômico, aconteceu para os nativos de uma forma mais acidental do que verdadeiramente calculada. Todo o planejamento urbano e estratégico que houve na Praia do Forte, entre os setores público e privado para direcionar o fluxo de capital para aquela área do Litoral Norte, gerou um arrecadamento de dinheiro significativo para os empresários, através do turismo e para os cofres públicos, na forma de tributos.

Em relação à qualidade de vida, pode-se dizer que é uma “via de mão dupla”: os serviços públicos e equipamentos urbanos que se inseriram naquele local, para dar suporte ao turista nacional e estrangeiro, assegurou também o acesso do nativo, dando uma impressão que foi para eles, a princípio, que essas atividades foram instaladas na vila, quando, na verdade, a ordem não é essa. O que aconteceu, de fato, foi uma modificação nos modos de viver dos habitantes tradicionais, com o que foi trazido pela abertura da Praia do Forte para o mundo, através de um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social, que não necessariamente satisfaz as mais diversas necessidades do nativo e sim, do turista.

Atualmente, o que se pode analisar em relação ao discurso do poder público é que ele busca proporcionar saúde, educação, habitação, transporte e lazer para esses moradores tradicionais da Praia do Forte no intuito de incentivar a permanência dos mesmos na vila. Pois, mais do que qualquer outro órgão ou instituição, o poder público entende a necessidade de manter os nativos naquele local, pois é importante para toda a ambiência que é publicitada sobre a Praia do Forte, que somado a natureza e o turismo sustentável, são os atrativos para os investimentos das empresas privadas.

Para a Prefeitura de Mata de São João, a Praia do Forte representa, aproximadamente, a metade da arrecadação tributária do município, ou seja, dos 68 milhões de reais que a prefeitura arrecadou em tributos, em 2017, mais de 31 milhões saíram da Praia do Forte (figura 95), de acordo com a Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Mata de São João.

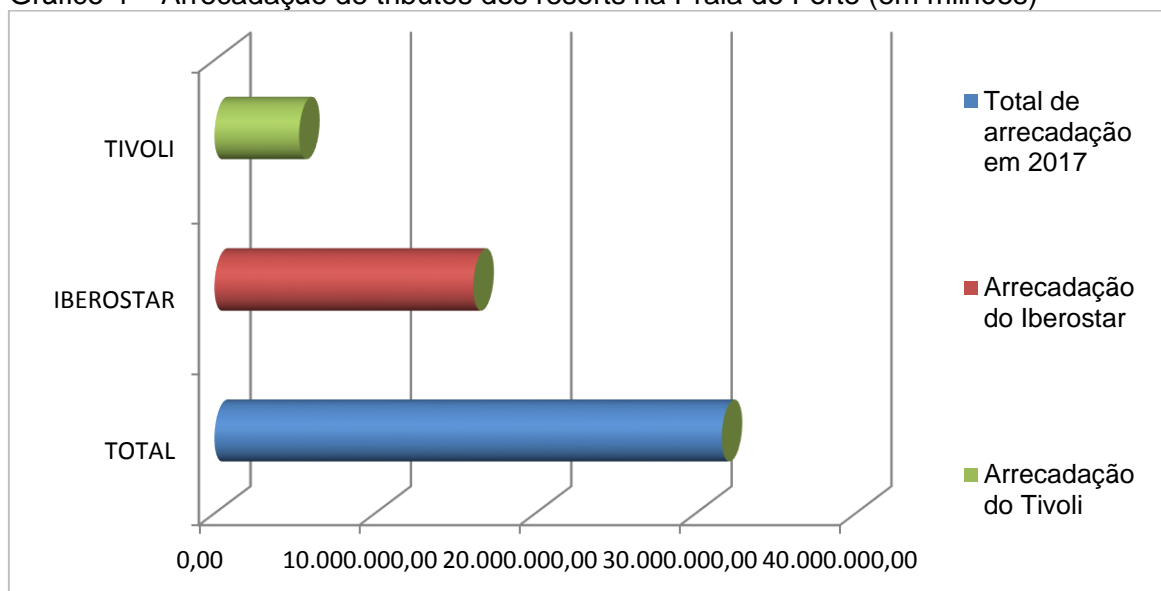
Figura 95 – Estudo da Secretaria de Administração e Finanças da PMSJ em janeiro de 2018

ESTUDO PRAIA DO FORTE	
VALORES APROXIMADOS	
TOTAL DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 68.000.000,00
TOTAL DE ARRECADAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
% DE ARRECADAÇÃO APROXIMADO	46,52%
TOTAL ESTIMADO DE MUNICÍPIOS (TER/2016 1.941 VOTANTES + 531 ALUNOS MATRICULADOS EM 2017 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS)	
	2472
PIB PER CAPITA (RECEITA TRIBUTÁRIA)	R\$ 12.796,05
IBEROSTAR	
TOTAL DE ARRECADAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
TOTAL DE ARRECADAÇÃO IBEROSTAR *	R\$ 16.142.620,30
% DE ARRECADAÇÃO APROXIMADO	51,03%
* IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS	
TIVOLI (POJUÇA S/A)	
TOTAL DE ARRECADAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
TOTAL DE ARRECADAÇÃO TIVOLI **	R\$ 5.277.421,50
% DE ARRECADAÇÃO APROXIMADO	16,68%
** IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS	
VALOR APROXIMADO DE ARRECADAÇÃO EM PRAIA DO FORTE	
IPTU	R\$ 9.079.436,44
ITIV	3.424.203,01
ISSQN	R\$ 18.283.620,04
TAXAS MUNICIPAIS	R\$ 844.575,45
TOTAL	R\$ 31.631.834,94

Fonte: Dados da Prefeitura de Mata de São João. Acervo da autora desta dissertação.

A partir do material disponibilizado, nota-se que o resort Iberostar é o maior arrecadador de tributos para a Praia do Forte e, conseqüentemente, para a Prefeitura de Mata de São João. Já o resort Tivoli fica em segundo lugar nessa arrecadação. Conforme Gráfico 04, o total de arrecadação tributária da Praia do Forte em 2017 foi de R\$ 31.631.834,94, incluindo todas as taxas municipais como também o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e o ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza. Somente no referido ano, o Iberostar Praia do Forte arrecadou mais de 16 milhões de reais enquanto que o Tivoli Eco Resort trouxe para os cofres públicos pouco mais de 5 milhões de reais.

Gráfico 4 – Arrecadação de tributos dos resorts na Praia do Forte (em milhões)



Fonte: Dados da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Mata de São João.
Elaborado pela autora.

Apesar da Praia do Forte representar a maior arrecadação do município, segundo a Secretaria de Administração e Finanças, é também a maior despesa para a prefeitura, justamente por conta das demandas em relação ao turismo. A Secretaria em questão vê as comunidades adjacentes como Açuzinho, Malhadas e Açú da Torre, como cidades dormitório para os trabalhadores da Praia do Forte e entendem que esses locais precisam também de atenção da Prefeitura, pois evitam uma sobrecarrega na Praia do Forte e podem agregar outros serviços que não existem na vila, que muitas vezes fazem os moradores, especialmente de condomínios fechados, a buscar alternativas de serviços em outros municípios vizinhos ao invés de se concentrar em Mata de São João. Então nesse aspecto há uma visão estratégica, também da Prefeitura, não só pela manutenção do fluxo turístico na

Praia do Forte, mas para maximizar seus ganhos através do funcionamento de outras atividades na contra costa.

Na prática, Praia do Forte se configurou como uma espécie de polo do litoral matense, onde se encontram os principais serviços para resolução de atividades diárias, como caixas eletrônicos, correio, lojas, cartório, lotérica, posto de saúde, assim como também reúne as associações dos artesãos e dos pescadores, que abraçam os trabalhadores das respectivas profissões que residem por todo este litoral. Dessa forma, as pessoas também buscam a Praia do Forte por que é onde estão instaladas bases ou células de unidades de algum tipo de serviço que eles precisam acessar no cotidiano.

Se a condição de vida melhorou, existe um desenvolvimento, principalmente para quem mora no local, independentemente se é na vila ou nos condomínios, já que se têm serviços de saúde, de energia elétrica, transportes, dentre outros itens voltados para a infraestrutura e equipamentos urbanos. Além disso, houve um aumento nos postos de trabalho com o advento do comércio, dos hotéis e pousadas. Todavia, faltam investimentos na educação de jovens e adultos, pois de acordo com informações obtidas *in loco*, eles não têm capacitação para atuar em determinadas profissões, o que dificulta a ascensão dos mesmos nas empresas onde trabalham ou então acabam prestando serviços como empregados domésticos, jardineiros ou ambulantes, por não necessitar de uma orientação mais elaborada ou de um treinamento específico.

Os empresários atuantes na Praia do Forte dependem da prefeitura para a execução de determinadas ações e, de acordo com a Turisforte, acredita-se que essa atenção do poder público deveria ser mais acentuada com o local, pois é o responsável por boa parte da arrecadação de tributos no município, o que significa que investimentos na Praia do Forte são indispensáveis para os cofres públicos. Ficou evidente que, a partir de observações feitas na 4ª reunião do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR¹², determinados empreendedores acreditam que o poder público não é

¹² O COMTUR é um conselho deliberativo que conta com a participação da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Mata de São João, a Turisforte e representantes dos hotéis e pousadas da Praia do Forte. Na ocasião da 4ª reunião, não havia nenhum representante das Associações dos Pescadores, Artesãos ou de Moradores da vila.

extremamente importante, pois a força das empresas privadas é o elemento mantenedor da Praia do Forte.

Porém, esse corpo empresarial não observa até que ponto a atividade turística foi e é predatória e até onde isso colaborou com um desequilíbrio ecológico na área, apesar do *marketing* feito sobre o turismo sustentável. Todo esse processo de precarização do espaço ambiental foi feito de forma legalizada, foi chancelado pelos alvarás de construção e pelos órgãos responsáveis. Nesse recorte espacial, é possível observar que “a dimensão econômica predomina nas diferentes formas de uso e apropriação do solo, balizadas por um mercado de terras que cresce de forma acelerada, criando um contexto fundiário tenso e conflituoso”. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 4)

O parcelamento do solo se dá em função dos novos condomínios residenciais que devem ser implantados, assim como outros equipamentos como hotéis ou áreas de lazer. Todavia, com a venda dos terrenos de Klaus Peters, não há como afirmar se o planejamento vai continuar como elaborado nos anos 1990. Apesar de existir uma lógica de ocupação, que atualmente continua a ser seletiva, encontra-se cada vez mais densificada, reunindo casas e até villages em um único empreendimento, o que pode gerar problemas de poluição, de saneamento e até de abastecimento de água para essas novas moradias.

Ao adentrar na Praia do Forte, não significa somente que o turista está deixando uma vida conturbada para trás, para viver um momento relaxante e aprazível. Significa também que está entrando no “paraíso”. Mas que paraíso é esse, onde os conflitos das grandes cidades conseguem emergir? Onde a segregação socioespacial também aparece? Onde há a reprodução de um modelo em crise, onde os benefícios são garantidos para uma minoria? Portanto, o desenvolvimento da Praia do Forte, apesar de ser reconhecido pelos seus habitantes, favorece, de fato, aqueles que têm condições de empreender e encontram ali um cenário favorável para o estabelecimento de seus negócios.

As contrapartidas dos empreendimentos são nebulosas, a partir do momento em que não fica claro que foi ou o que é ofertado por esses estabelecimentos para a vila e/ou para o turismo. Para tanto, Souza e Braga (2005) fazem o seguinte questionamento: qual o potencial de desenvolvimento de um modelo que combina

alto custo com baixo retorno social? Essa é uma questão que precisa ser refletida, especialmente por aqueles que “comandam” a Praia do Forte, pois, existem diversos exemplos de como o capitalismo pode ser parasitário (BAUMAN, 2010) e pode destruir todo um ambiente tido como fonte inesgotável de recursos ambientais e paisagísticos, como também, financeiros.

Atualmente, os empresários pretendem criar uma taxa chamada Contribuição Voluntária do Turismo Sustentável - CVTS, no valor de dois reais a princípio, a serem incluídas nas diárias dos hotéis, para suprir necessidades que eles entendem como indispensáveis para o turismo e para o meio ambiente na Praia do Forte. O que, na verdade expõe certo descaso na gestão dos recursos financeiros, tendo em vista os milhões que circulam pelo local, em especial na arrecadação dos dois resorts já citados, onde a não existência desta taxa não impede que possa ser assumido um compromisso entre os resorts, hotéis e pousadas com a sustentabilidade ambiental e o turismo ecológico.

O planejamento estratégico foi importante para fortalecer o empresariado e o *marketing*, assim como o planejamento urbano veio para dar um suporte a esse discurso, que ao final, se estabeleceu como limitador espacial para a vila, e que dentro de alguns anos, essa população não conseguirá se estabelecer e poderá ser forçada a sair da Praia do Forte, tanto pelas forças do capital quanto pelo o adensamento populacional. O desenvolvimento socioeconômico aconteceu com a intensão de melhorar a atividade turística em benefício de um público seletivo e conseqüentemente melhorou a vida da população nativa em muitos aspectos, mas por outro lado trouxe problemas e situações desconhecidas, principalmente para aqueles primeiros moradores tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praia do Forte era uma vila de pescadores que foi transformada em um polo turístico no Litoral Norte da Bahia. Para alguns habitantes que ainda viveram nos tempos da comunidade pesqueira tradicional, ficaram somente as lembranças e as saudades de uma vila que dividia um mundo e um sentido em comum, através de uma forma de vida simples e do relativo isolamento do “mundo civilizado”.

A partir do pensamento estratégico adotado no planejamento urbano do local, assim como os novos modos de viver, novos valores e novos aparatos tecnológicos que adentraram na vida da comunidade pesqueira pode-se dizer que, para a maioria desses habitantes, tais aspectos conseguiram reconfigurar suas concepções a ponto de até os mais saudosos já não saberem expressar o quanto do passado ainda pode se deixar perder, pois, muitos tomaram com naturalidade a intensificação da transformação da vida em “negócio” com a chegada dos turistas e dos grandes investimentos.

Com as novas gerações de moradores, não há como negar o interesse, predominante entre os jovens locais, de ingresso na modernidade urbanizada pelo contato com as mais diversas culturas, modas, estéticas e arquiteturas, porém, também não há como imaginar o futuro do local, ao menos que esses habitantes entendam que momento é esse da Praia do Forte, na atualidade, para conseguir prospectar o que ela será um dia.

Do contrário, o futuro será somente um eco do que o local foi nas últimas quatro décadas, e, continuará a ser movido por contradições: aqueles que cederam a um estilo de vida capitalista e desejam a Praia do Forte de antigamente; aqueles que querem que a Praia do Forte permaneça como está; aqueles que desejam continuar vendo mudanças, que a vila “evolua” e vire uma cidade e quiçá um novo município (juntamente a Imbassaí e Sauípe); aqueles que querem mais turistas; aqueles que almejam menos turistas; mais isso, menos aquilo... E ainda devem existir mais variações dessas opiniões.

Assim como em um modelo de desenvolvimento enclave, de acordo com Souza e Braga (2005), na Praia do Forte os empreendimentos turísticos voltados para um determinado segmento ou público estão inseridos em um território com onde as

características culturais, econômicas e ideológicas conformam um antagonismo social com o que foi pensado desde Klaus Peters, já que as possibilidades de crescimento econômico local são pequenas quando baseadas somente nas atividades tradicionais.

Desse modo, a população daquele território é excluída do planejamento e da gestão do local, onde há um evidente desequilíbrio de forças e manutenção de uma estrutura obsoleta, que é orientado por empresas privadas que buscam vantagens locacionais onde os equipamentos “são implantados de forma rápida e planejados por grandes grupos e equipes externas profissionalizadas, demandando altos investimentos” (SOUZA; BRAGA, 2005), e, em função do crescente impacto gerado por projetos e obras dessa natureza surge uma série de complicações como a “ocupação desordenada do solo, desfiguração da paisagem natural, interferências sobre a cultura local, problemas de saneamento básico, privatização dos espaços públicos e processos equivocados de inserção de novas arquiteturas espetacularizadas”. (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 3-4).

Compreende-se que o planejamento urbano e estratégico influenciou as transformações espaciais e o desenvolvimento da Praia do Forte por meio de um processo de intensas transformações urbanas, socioeconômicas e culturais marcadas por rupturas e assimetrias. Para romper com esse desequilíbrio de forças no local, seriam relevantes os esforços provenientes de uma ação conjunta entre a população e os setores privado e público, mesmo que tais dificuldades encontradas não possam ser solucionadas por completo.

Tais esforços são relevantes, principalmente no que se refere à infraestrutura da vila, a valorização das atividades tradicionais e das manifestações culturais, a saúde, a educação e a capacitação e qualificação de jovens e adultos que estão no mercado de trabalho. Todavia, compreende-se que essas ações não são suficientes para apagar as marcas dos impactos negativos gerados pela atividade turística. São ações que vão propor um futuro menos contraditório e conflituoso.

Durante as visitas a campo para esta pesquisa, observou-se que Klaus Peters elaborou diretrizes sólidas para orientar o desenvolvimento do local e que elas sobreviveram ao longo dos anos. Porém, tal visão, não está mais adequada para a situação atual, quase 50 anos depois da compra da Fazenda Praia do Forte. A vila é

outra, as pessoas são outras, o tempo é outro. Não é de forma nenhuma uma vila de pescadores, como outrora, como também não é uma cidade. Esse pensamento de Klaus Peters sobre a Praia do Forte ainda se encontra “vivo” em muitas pessoas que acreditaram nele e ainda acreditam. Para a maioria dos entrevistados, ele foi uma espécie de líder, um “mediador” entre os nativos e as empresas, como um “elo” que os unia.

Klaus Peters elaborou o *Master Plan* visando desenvolver a Praia do Forte, antes mesmo do Município de Mata de São João ter elaborado o seu primeiro Plano Diretor, partindo do princípio de que a obrigatoriedade dos municípios elaborarem um Plano Diretor surge com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Contudo, este mesmo plano permitia ter sob o seu domínio a fiscalização sobre todos os projetos que ali foram implantados através da Fundação Garcia D'Ávila e/ou da Landco Empreendimentos Imobiliários. Porém, ele não contava com a celeridade das transformações urbanas, sociais e econômicas no local, que desencadeou todo o processo analisado nesta pesquisa.

Portanto, não mais existindo essa figura intermediária, representada pelo empresário paulista, torna-se imprescindível o diálogo e a integração das lideranças locais com os setores público e privado, pois podem propor ou até conduzir uma nova era para aquele território, que não seja guiada somente pelos poderes hegemônicos, onde impera o capitalismo artista citado por Lipovestky e Serroy (2015), sem atentar para as peculiaridades que fazem da Praia do Forte o que ela é.

Fragmentar as lideranças em mais associações ou em grupos não levarão a resultados eficazes, pois, dessa maneira, os habitantes da vila não terão uma voz em comum. A criação de centros culturais ou museus para resgate da memória são alternativas que podem ajudar os moradores da vila nesse despertar, inclusive para manter minimamente coesa a identidade de uma população que ainda possui um profundo desejo por si mesma, podendo promover a reconstrução da identidade coletiva ou ainda uma releitura das manifestações socioculturais adaptada as condições atuais evitando, assim, uma espécie de aculturação. Todavia, tais instalações ou releituras não irão resolver as questões aqui debatidas se esta população não se atentar para o que está adormecido a respeito da gestão do território da Praia do Forte.

As questões levantadas neste trabalho não se enceram aqui. As contínuas modificações que ocorrem naquele microterritório, além das discussões seguidas de inquietações provocadas nesta pesquisa, abrem espaços para que novas análises possam ser feitas sobre a antagônica Vila de Pescadores da Praia do Forte.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Erenilda Custódio dos Santos. **Mata de São João**: um registro de memória. Salvador: Gráfica Santa Marta, 2012. 300 p.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal - A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 11-74. (Coleção Zero à esquerda).
- ALMEIDA, Raissa da Matta; AZEVEDO, Lays Britto; MILANEZ, Joanna. Contradições e conflitos na produção e no uso do espaço urbano: um olhar sobre Salvador. **Revista Conjuntura e Planejamento**, n. 190. Salvador: SEI, 2016. p. 58-68.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território - Rio de Janeiro**, Ano VII, n. 11, 12 e 13 - set./out., 2003. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_8_turismo.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DA BAHIA – ABIH. **Hotéis associados Costa dos Coqueiros**. Disponível em: <http://abihbahia.org.br/regiao/costa-dos-coqueiros>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- BAHIA. CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia **Plano de manejo**: Fazenda Praia do Forte – Bahia. Salvador: Conder, 1987.
- _____. **Decreto Estadual nº 1.046/92 de 17 de março de 1992**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/idades-de-conservacao/apa/apa-litoral-norte-do-estado-da-bahia/>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- _____. Secretaria de Turismo. Superintendência de investimentos em Polos Turísticos – Suinvest. **Estratégia Turística da Bahia**: O terceiro salto 2007-2016. Secretaria de Turismo – Salvador: SETUR, 2011. Disponível em https://issuu.com/setur/docs/estrategia_turistica_3_salto___revisado_24. Acesso em: 30 out. 2017.
- BALDESSARINI, Sonia Ricon. **A Arquitetura da Casa da Torre de Garcia D'Ávila**. Salvador: Secretara da Cultura e Turismo, FUNCEB, EGBA, 2001. 147p.(Coleção Selo Editorial Letras da Bahia, 75).
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 601p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAÜMER, Michael Reckling. **In Memoriam Klaus Peters - Promotor turístico em Sao Paulo / Brasil**. 1980. Disponível em: <http://www.michael-reckling.com/in-memoriam/klaus-peters.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BITTENCOURT, Eduardo. PIB baiano fecha 2016 com recuo de 4,9%. **Jornal Correio**, Salvador, 9 mar. 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pib-baiano-fecha-2016-com-recuo-de-49>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. *In*: RIBEIRO, Maria Teresa Franco ; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EUFBA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). **Levantamento socioeconômico referente à proposta de criação do Refúgio de Vida Silvestre de Praia do Forte** – Município de Mata de São João – Bahia. Mata de São João, 2011.

BRASIL. MT – Ministério do Turismo. **Turismo de observação atrai visitantes e preserva atrativos ecológicos**. 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7515-turismo-de-observa%C3%A7%C3%A3o-atrai-visitantes-e-preserva-atrativos-ecol%C3%B3gicos.html>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CHAMMAS, Priscila. Secretário Estadual de Turismo destaca ações do governo para a Bahia. **Jornal Correio**, Salvador 13 out. 2013. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/secretario-estadual-de-turismo-destaca-acoes-do-governo-para-a-bahia/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DREWS, Renata. PIB da Bahia cai 8,9% em 2 anos. **Jornal Correio**, Salvador, 08 fev. 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pib-da-bahia-cai-89-em-2-anos/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ENNE, Ana Lucia; DUTRA, Marina. **Relações entre cultura e territorialidades**. *In*: **Revista Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**. Rio de Janeiro, 9., 2016. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/entre-conter-e-resistir-relacoes-entre-cultura-e-territorialidades/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

FARIA, Gabriella Almeida de. **Natureza, apropriação e resistência**: contradições na dinâmica de ocupação territorial litorânea de Mata de São João – Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Salvador, 2013.

FRANCO, Adailton. SSP instala nova unidade em Praia do Forte. **Jornal A Tarde**, Salvador, 20 dez. 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1825617-ssp-instala-nova-unidade-em-praia-do-forte>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FREEMAN, Suzette. **Praia do Forte**, Bahia. São Paulo: Scortecci, 2008.

FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA. **Plano de ação para Reserva Sapiranga e Fazenda Praia do Forte**: área de proteção ambiental do Litoral Norte – Bahia. Praia do Forte: Fundação Garcia D'Ávila, 1995.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Em busca do paraíso...: a (eco)lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1998.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Espaço, tempo e crítica - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, v.2, n.4, 2007. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc2007_2_4.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

HOLANDA, Gastão de. **A Casa da Torre de Garcia D'Ávila** - Fotografias Adenor Gondim. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros e Livros, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Do especular ao espetacular. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 4, n. 042.01, jun. 2005
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

KLAUS , Peters; **Founder of Eco Resort Praia do Forte Brasil**. Direção: Michael Reckling Bäumer. Entrevista, 1997, 10'20". Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=vbwLE8dek74>. Traduzido por Cristiano Almeida Cardoso Leuzinger. Acesso em 05 de abril de 2017.

LIMA, Jamille da Silva. Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária: das concepções e práticas entre o Estado brasileiro e os coletivos organizados no Território do Sisal-BA. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 131, ano XI, abr. 2012. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14762/9001>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista. Tradução: Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14310/1/manual%20de%20estilo%20academico-2013%20Repositorio2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Pensamento contemporâneo no mundo da(s) moda(s): uma abordagem conceitual. In: COLÓQUIO DE MODA, 2., 2006. **Anais** [...] 2006. Disponível em http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/2-Coloquio-de-Moda_2006/artigos/72.pdf. Acesso em: 30 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Espaço e sociedade na área de proteção ambiental do Litoral Norte – Bahia. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano III, n. 5, p. 102-114, dez. 2001.

MELLO, Márcia Maria Couto. Design, moda, arquitetura e urbanismo: uma geometria transversal. In: PIRES, Dorotéia Baduy (Org.). **Design de Moda: olhares diversos**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 75-93.

_____. **Modas, arquiteturas e cidades: interfaces, conexões e interferências**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.

_____. SILVA, Ariadne Moraes. Transterritorialidades, modas e espaço urbano. In: MESQUITA, Cristiane; PRECIOSA, Rosane (Org.). **Moda em ziguezague: interações e expansões**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

_____. SILVA, Ariadne Moraes. FARIA, Gabriella Almeida. A Vila de Pescadores de Praia do Forte: Entre processos de gentrificação e resistência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CONTESTED CITIES - DEL CONFLICTO URBANO A LA CONSTRUCCIÓN DE ALTERNATIVAS - DIÁLOGOS CRÍTICOS, 2016, Madrid – Espanha. **Anais** [...] 2016. Disponível em: <http://contested-cities.net/working-papers/2016/a-vila-de-pescadores-de-praia-do-forte-entre-processos-de-gentrificacao-e-resistencia/>. Acesso em: 2 jun. 2017.

_____. SABACK, Virginia; SOUSA, Jéssica Odilza Moreira de. O antagonismo no comércio de moda da Praia do Forte. In: APDR CONGRESS: INTELLECTUAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: NEW LANDSCAPES AND CHALLENGES FOR PLANNING THE SPACE, COVILHÃ, 24., 2017, Portugal. **Anais** [...] 2017. Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDR, 2017. v. 1. p. CD ROM.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 4.ed. - Salvador: Editora Unifacs, 2015. Disponível em: http://www.unifacs.br/wp-content/uploads/2015/12/Manual_2015_eletronico.pdf. Acesso em: 5 jul. 2017.

NATIVIDADE, Priscila. Preço do m² em alta novamente: Valor do imóvel para venda cresce 4,52%. **Jornal Correio**, Salvador, 18 de jul. 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/preco-do-m2-em-alta-novamente-valor-do-imovel-para-venda-cresce-452/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio-ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 2 ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO. Secretaria da Cultura e Turismo. **Mata de São João: o paraíso é aqui**. Mata de São João (Bahia): Secretaria de Cultura e Turismo, 2013.

PROJETO BALEIA JUBARTE. **O Projeto**. Disponível em: <http://www.baleiajubarte.org.br/projetoBaleiaJubarte/leitura.php?mp=aBaleia&id=344> Acesso em: 28 nov. 2017.

SANTOS, Maricélia Rodrigues. **O Jequi iluminado**. Mata de São João –Bahia. JM Gráfica e Editora Ltda, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL - Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, Ano 6, n. 16, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte - Bahia**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2006.

_____. Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, Costa Rica, II Semestre, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/3129/2988>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Turismo e urbanização em espaços litorâneos: um olhar sobre Praia do Forte – Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 41, n. 5, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2410/241016439006>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SILVA, Ana Licks de Almeida; et. al. Dinâmicas Territoriais e Transformações na Praia do Forte. *In*: APDR CONGRESS - INTELLECTUAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: NEW LANDSCAPES AND CHALLENGES FOR PLANNING THE SPACE, 24., 2017, Covilhã – Portugal. **Anais [...]** Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional - APDR, 2017. v. 1. p. CD ROM.

_____. MACHADO, Eduardo Paes; SIQUEIRA, Carlos Eduardo. Melhor isso do que nada! Participação e responsabilização na gestão dos riscos do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2153-2162, dezembro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600022&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 maio 2018.

SILVA, Ariadne Moraes. A cidade que se desenha: consumo, competitividade, produtividade e marketing. As artimanhas do planejamento estratégico. *In*: SILVA, Liliâne F. Mariano; NETO, Joaquim Viana; SILVA, Ariadne Moraes (Org.).

Paisagens mediadas: olhares sobre a imagem urbana. Salvador: UNIFACS, 2008.

_____. FARIA, Gabriella Almeida. MELLO, Márcia Maria Couto. Natureza, Patrimonialização e Cenarização: o caso da Vila de Pescadores da Praia do Forte. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 4: SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador – BA. **Anais** [...] 2013.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; CARVALHO, Silvana Sá de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do Litoral Norte da Bahia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010, Natal. **Anais** [...] Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2010.

_____. SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Salvador e sua região metropolitana: mudanças recentes, conflitos e perspectivas institucionais.

GeoTextos, v. 11, n. 2, dez. 2015. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13056>. Acesso em: 25 de set. 2017.

SOUSA, Jéssica Odilza Moreira de. **Modas como veículo de afirmação e resistência.** 2017. Trabalho (Iniciação Científica)-Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2017.

SOUZA, José Gileá de. **Camaçari, as duas faces da moeda:** crescimento econômico x desenvolvimento social. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2006.

_____. **Desenvolvimento? Como compreender e mensurar:** um estudo sobre o município do Conde - BA. 2016. Tese (Doutorado)- Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2016.

SOUZA, Tânia Mara Melquíades de; BRAGA, Tânia Moreira. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VII, n. 12, jul. 2005.

SPINOLA, Carolina de Andrade. **O turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico:** o impacto da atividade turística na Praia do Forte. 1996. Dissertação (Mestrado)- Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, 1996.

TINOCO, Achel. **O Castelo de Wilhelm Hermann.** 1. ed. [s.l.]: Chiado, 2014.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos, n.3, p.75-103, 2000.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. (Coleção Zero à esquerda).

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANOLI, Fabrício Oliveira. **Ação patrimonial, ocupação popular e os conflitos da preservação**: o caso da comunidade da Gamboa de Baixo em Salvador – Ba. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2017.